

EBES Sistemas de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração 2022

A Administração da EBES Sistemas de Energia S.A (“Companhia” ou “Órigo”) submete à sua apreciação o Relatório da Administração e a correspondente Demonstração Financeira Individual e Consolidada, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Disclaimer

Eventuais declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Companhia, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente influenciadas por mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças e por isto não devem ser utilizadas como projeção futura de resultado da Companhia.

Mensagem aos acionistas

O ano de 2022 foi histórico para Companhia. Recebemos aportes e realizamos emissões de mercado de capitais relevantes que cancelaram, mais uma vez, o nosso modelo de negócio.

Aprimoramos a nossa Governança Corporativa, hoje contamos com três comitês de assessoramento, com destaque para comitê *Environmental, Sustainability e Governance* (ESG).

Conseguimos aumentar substancialmente a quantidade de fazendas solares e, por meio da utilização de consórcios e cooperativas, expandir significativamente a base de consumidores interessados em gerar energia elétrica a partir de fontes renováveis em diferentes estados. Esse processo tem contribuído positivamente para o meio ambiente, reduzindo as emissões de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, bem como colaborando com a economia de famílias e pequenas empresas por meio de descontos na conta de energia elétrica.

Tudo isso em meio a um cenário político, macroeconômico e geopolítico desafiador que marcaram o ano. Além disso, a pandemia causada pela COVID-19, continuou a afetar muitos países, principalmente a China, maior produtora de placas solares. Foram eventos importantes que colaboraram para pressões inflacionárias.

A oferta de energia de fontes renováveis em 2022, superior a 8,2 gigawatts (GW), a maior expansão desde 2016. A Geração Distribuída (GD) foi responsável por acrescentar mais de 7 GW de potência, mostram dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Principais destaques

- O número de clientes de geração distribuída remota compartilhada, atendidos por meio de consórcios e cooperativas, que alugam, compartilham e se beneficiam dos direitos econômicos das usinas solares (UFVs) da Companhia ou de terceiros, cresceu de aproximadamente 30 mil em 2021 para 62 mil em 2022. A capacidade de fazendas conectadas aumentou cerca de 40% de 2021 para 2022, chegando a 166 MWp.

- A receita líquida consolidada, proveniente principalmente da locação das Usinas Solares (UFVs), teve um aumento de 66,7% em relação ao exercício de 2021, de R\$54,2 milhões no exercício de 2021 para R\$90,4 milhões no exercício de 2022, em função do aumento da capacidade instalada. O resultado do exercício totalizou prejuízo de R\$235,8 milhões (prejuízos de R\$96,2 milhões 2021, respectivamente) e o EBITDA ficou negativo em R\$77,6 milhões no exercício findo em 2022 (R\$13,8 milhões negativo no exercício de 2021), oriundo de iniciativas de conexão ou prospecção de terras com finalidade de desenvolvimento ou prospecção de pareceres de acesso, possibilitando assim um *pipeline* de projetos em conformidade com os objetivos estratégicos da Companhia.

Abaixo segue conciliação do prejuízo do exercício para o EBITDA com as demonstrações financeiras consolidada da Companhia:

(Em milhares de R\$)	2022	2021
Prejuízo Líquido	(235.815)	(96.196)
Resultado Financeiro	129.560	65.154
Depreciação e Amortização	20.039	12.812
Imposto de Renda e contribuição Social	<u>8.548</u>	<u>4.479</u>
EBITDA (negativo)	<u><u>(77.668)</u></u>	<u><u>(13.751)</u></u>

(1) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 (“ICVM 527”), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa dos exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado.

- A Companhia reforçou seu acesso ao mercado de capitais brasileiro emitindo, ao longo de 2022, empréstimos ou securitizando recebíveis para financiar a sua expansão. Como destaque temos as emissões totalizando cerca de R\$ 220,1 milhões via Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), cerca de R\$ 151,1 milhões via Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Em 2022, a Companhia aumentou seu capital social e reservas de capital em cerca de R\$ 700 milhões e houve convertibilidade parcial de sua primeira e segunda emissão de debêntures no valor aproximado de R\$ 175,2 milhões por meio de emissão de novas ações da Companhia, assim como resgate antecipado total facultativo de R\$ 177 milhões de sua primeira emissão de notas comerciais. O acréscimo de capital próprio e decréscimo do endividamento em 2022 fazem com que a Administração acredite que por meio do aperfeiçoamento de sua estrutura de capital e a despeito de condições atípicas de mercado, a Companhia tenha capacidade de continuar provendo recursos incrementais de terceiros ou próprios para desenvolvimento de seus projetos.

- Continuamos investindo em aumentar o número de novas fazendas solares. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha 166 MWp em operação e outros 180,5 MWp do qual a fonte de recurso para construir já está garantida, seja com recursos próprios ou com contratos com terceiros.
- Destaques financeiros

(Em milhares de R\$)	2022	AH%	2021	AH%
Receita líquida	90.416	66,96%	54.153	14,09%
Lucro bruto	73.791	67,51%	44.053	24,37%
Despesas financeiras	(201.304)	145,73%	(81.920)	340,74%
Prejuízo líquido	(235.815)	145,14%	(96.196)	177,93%
EBITDA	(77.668)	464,82%	(13.751)	167,01%
Dívida líquida (2)	287.935	-32,09%	423.975	242,93%

- (2) Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida Líquida corresponde a Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e dos títulos e valores mobiliários vinculados. A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Abaixo apresentamos a reconciliação de Dívida Bruta e Dívida Líquida com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

(Em milhares de R\$)	2022	AH%	2021	AH%
Empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante)	562.508	-3,49%	582.854	494,30%
Debêntures (circulante e não circulante)	174.106	-20,37%	218.649	335,50%
Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)	54.243	60,63%	33.769	202,30%
(=) Dívida Bruta	790.857	-5,32%	835.272	423,90%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-390.841	666,25%	-51.007	91,90%
(-) Caixa restrito	-996	-99,69%	-321.281	3378,60%
(-) Títulos e valores mobiliários vinculados	-111.085	184,77%	-39.009	100,00%
Dívida Líquida (2)	287.935	-32,09%	423.975	242,90%

O crescimento da receita líquida consolidada ao longo dos exercícios se deu em função do aumento da capacidade instalada das fazendas próprias e de terceiros, encerrando em 2022 com 166 MWp em operação. O prejuízo líquido é decorrente, substancialmente, do desenvolvimento, obtenção ou prospecção de pareceres de acesso para expandir sua capacidade instalada. O volume expressivo de investimentos realizados para construção das fazendas solares, e com baixo volume de receitas, tendo em vista que muitas fazendas foram conectadas e entraram em operação somente no final do exercício corrente, além daquelas que estão em construção e, portanto, ainda não entraram em operação, não gerando receita. Vale salientar que parte substancial dos custos e desenvolvimentos fizeram parte daqueles custos e despesas registrados pela Companhia desde anos anteriores, culminando numa situação de prejuízos acumulados.

As despesas financeiras também estão diretamente relacionadas aos instrumentos de empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos derivativos pela Companhia para financiar, refinanciar e atenuar riscos cambiais ou de indexadores oriundos da aquisição de equipamentos e desenvolvimento de fazendas solares de modo a garantir a expansão de sua capacidade instalada de geração de energia distribuída. A Companhia, constantemente monitora e avalia fontes e instrumentos de financiamento, assim como condições de mercado com o intuito de captar recursos que amparem os objetivos estratégicos da Companhia. O planejamento da Companhia para os próximos anos é continuar investindo em fontes de energia renováveis, expandido seus negócios e tendo como missão massificar o consumo de energia renovável no Brasil.

Implicação da Covid nas nossas atividades

Desde o início da pandemia a Órigo vem atuando de maneira preventiva para mitigar o impacto da COVID-19 nos seus negócios e buscando incessantemente o bem-estar dos seus colaboradores.

Apesar do impacto negativo na economia mundial, a COVID-19 não afetou significativamente o resultado e/ou operações da Órigo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a exceção foi o aumento da despesa financeira devido ao aumento da inflação e da taxa de juros como reflexo da pandemia.

A administração da Companhia continua monitorando o impacto da COVID-19 e a situação global, sua condição financeira, sua liquidez, a situação de seus fornecedores, parceiros e de sua força de trabalho para assegurar a segurança de seus colaboradores e garantir a manutenção de seus negócios.

Adicionalmente, com a normalização da atividade econômica no Brasil, a Companhia não estima efeitos significativos que possam afetar seu resultado ou comprometer sua capacidade operacional e a implementação de novos projetos.

Investimentos

A Companhia vem mantendo os investimentos necessários para expansão de suas operações com a construção de Usinas Fotovoltaicas “UFVs”, buscando o equilíbrio operacional, totalizando CAPEX¹ em 2022 de R\$721,9 milhões (R\$346,7 milhões em 2021).

Recursos Humanos

A despeito das adversidades econômicas no País, a Companhia continua investindo no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, com aproximadamente 44 horas de ensino e treinamento por colaborador (nos últimos 12 meses), estágios, além de treinamentos com desenvolvimento técnico e operacional.

A Companhia encerrou o ano de 2022 com um quadro de 671 colaboradores (352 em 2021).

² *Capital Expenditure* - consiste nas despesas de capital, como investimentos em ativo imobilizado, como máquinas, equipamentos e outras benfeitorias nas instalações da Companhia.

Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 162/22 informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Esses princípios se baseiam nas seguintes premissas: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. não prestou serviços, que não fossem de asseguarção, cuja remuneração global ultrapassou 5% (cinco por cento) da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

Agradecimentos

Uma vez mais agradecemos a todos aqueles que estiveram presentes e nos apoiaram durante o transcorrer do exercício de 2022, dentre os quais, os nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Instituições financeiras e Membros do Conselho de Administração da Companhia.

EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
EBES Sistemas de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EBES Sistemas de Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EBES Sistemas de Energia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 2.5.15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas, com o objetivo de refletir o resultado das análises técnicas efetuadas pela Administração da Companhia sobre determinadas características das debêntures emitidas pela Companhia, sobretudo relacionadas às opções de conversibilidade, remuneração mínima e resgate antecipado, bem como taxa efetiva de juros, conforme detalhado na nota explicativa nº 19. Em 20 de abril de 2023, emitimos relatório de auditoria, com modificação referente à falta das referidas análises técnicas anteriormente mencionadas, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2022, que ora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto, contida em nosso relatório anteriormente emitido, não é mais necessária e, portanto, nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém qualquer modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.5.6 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável para seu ativo imobilizado. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$726.712 mil, no consolidado. Esses ativos são referentes principalmente às usinas fotovoltaicas e compostos, em sua maioria, pelos painéis solares e demais equipamentos de geração solar.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à determinação das unidades geradoras de caixa e à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à operação das fazendas solares; e (iii), há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável do ativo imobilizado; (ii) avaliação da razoabilidade do modelo e metodologia utilizados pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos, bem como da determinação das unidades geradoras de caixa (fazendas solares); (iii) avaliação das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, relacionadas à taxa de desconto utilizada, bem como às projeções de receita e custo de operação; (iv) avaliação da divulgação das informações referentes à análise de “impairment” nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.5.6 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Empréstimos e Financiamentos - reconhecimento e mensuração dos CRIs e FIDCs

Conforme divulgado na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas captaram recursos financeiros, durante o exercício de 2022, por meio de cessão de créditos imobiliários que deram base à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), bem como por meio de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de empréstimos e financiamentos é de R\$5.351 mil e de R\$563.283 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente.

O reconhecimento e desreconhecimento de passivos e ativos financeiros referentes ao empréstimo captado por meio da cessão de créditos imobiliários e emissão dos CRIs e da constituição de FIDCs, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - "Financial Instruments") requer o exercício de julgamento significativo sobre retenção de riscos e benefícios, controle sobre ativos, reconhecimento de garantias, dentre outros aspectos. Adicionalmente, referido instrumento de dívida possui cláusulas restritivas que requerem o atendimento a determinadas condições e outras obrigações não financeiras. A captação de recursos por meio dos CRIs e FIDCs tem como objetivo o financiamento da construção das usinas de geração fotovoltaica. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos o reconhecimento e a mensuração dos passivos e ativos referentes aos CRIs e FIDCs como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros relacionados aos CRIs e FIDCs; (ii) leitura dos contratos e demais documentos suporte das operações; (iii) testes substantivos relacionados aos valores captados, bem como das receitas e despesas referentes aos CRIs e FIDCs reconhecidas no resultado do exercício; (iv) checagens de fontes externas para a confirmação de quantidades de certificados e valores; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento e mensuração dos passivos e ativos relativos aos CRIs e FIDCs, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras mencionadas anteriormente incluem valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, sem nenhuma modificação, com data de 22 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de maio de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	379.749	31.649	390.841	51.007
Caixa restrito	5	-	803	73	1.283
Contas a receber	7	13.492	5.092	38.275	14.458
Instrumentos financeiros	8	4.784	141	4.784	141
Estoques	9	96.034	38.748	-	-
Partes relacionadas	10	106.830	26.370	-	-
Impostos a recuperar	11	18.653	8.518	18.801	8.634
Outros ativos	12	<u>65.170</u>	<u>18.570</u>	<u>72.209</u>	<u>24.784</u>
		<u>684.712</u>	<u>129.891</u>	<u>524.983</u>	<u>100.307</u>
Ativos das operações descontinuadas	13	<u>94</u>	<u>183</u>	<u>94</u>	<u>183</u>
Total do ativo circulante		<u>684.806</u>	<u>130.074</u>	<u>525.077</u>	<u>100.490</u>
NÃO CIRCULANTE					
Caixa restrito	5	134	317.882	923	319.998
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	111.085	39.009
Partes relacionadas	10	39.663	3.538	18.649	2.195
Impostos a recuperar	11	7.398	1.390	7.398	1.390
Depósitos judiciais	21	515	235	533	243
Investimentos	14	87.927	49.072	-	-
Imobilizado	15	34.135	14.689	726.712	349.109
Direito de uso de ativo	16	3.988	876	49.624	32.127
Intangível	17	<u>7.302</u>	<u>3.769</u>	<u>16.194</u>	<u>26.194</u>
		<u>181.062</u>	<u>391.451</u>	<u>931.118</u>	<u>770.265</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>865.868</u></u>	<u><u>521.525</u></u>	<u><u>1.456.195</u></u>	<u><u>870.755</u></u>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores		9.422	31.227	19.240	34.363
Empréstimos e financiamentos	18	625	20.109	42.598	50.529
Debêntures	19	16	4.965	16	4.965
Instrumentos financeiros	8	4.009	1.738	4.009	1.738
Partes relacionadas	10	9.761	12.296	-	-
Passivo de arrendamento	16	1.738	184	11.396	6.184
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		20.213	12.177	20.213	12.177
Pagamentos baseado em ações	20	2.021	-	2.021	-
Obrigações tributárias		912	643	5.637	2.310
Outros passivos		1.038	822	1.038	823
		<u>49.755</u>	<u>84.161</u>	<u>106.168</u>	<u>113.089</u>
Passivo das operações descontinuadas	13	-	9	-	9
Total do passivo circulante		<u>49.755</u>	<u>84.170</u>	<u>106.168</u>	<u>113.098</u>
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	18	4.726	231.824	520.685	530.728
Debêntures	19	174.090	213.684	174.090	213.684
Passivo de arrendamento	16	2.543	786	42.847	27.585
Pagamentos baseado em ações	20	-	10.708	-	10.708
Provisão para perdas em controladas	14	22.349	5.401	-	-
Provisão para demandas judiciais	21	53	81	53	81
Total do passivo não circulante		<u>203.761</u>	<u>462.484</u>	<u>737.675</u>	<u>782.786</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22	445.055	196.369	445.055	196.369
Reservas de capital		625.213	603	625.213	603
Reserva de ágio		504	724	504	724
Prejuízos acumulados		(458.420)	(222.825)	(458.420)	(222.825)
Total do patrimônio líquido		<u>612.352</u>	<u>(25.129)</u>	<u>612.352</u>	<u>(25.129)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>865.868</u></u>	<u><u>521.525</u></u>	<u><u>1.456.195</u></u>	<u><u>870.755</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação, em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	24	185.806	107.579	90.416	54.153
Custo dos produtos e serviços prestados	25	(169.221)	(96.922)	(16.625)	(10.100)
Lucro (Prejuízo) bruto		16.585	10.657	73.791	44.053
(Despesas) Outras receitas operacionais					
Despesas com vendas	25	(44.409)	(16.068)	(52.527)	(16.068)
Despesas gerais e administrativas	25	(105.693)	(48.148)	(118.593)	(53.631)
Outras despesas operacionais, líquidas		(383)	(829)	(354)	(829)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(30.466)	(23.461)	-	-
		(180.951)	(88.506)	(171.474)	(70.528)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(164.366)	(77.849)	(97.683)	(26.475)
Receitas financeiras	26	56.204	15.269	71.744	16.766
Despesas financeiras	26	(127.629)	(33.529)	(201.304)	(81.920)
Resultado financeiro	26	(71.425)	(18.260)	(129.560)	(65.154)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(235.791)	(96.109)	(227.243)	(91.629)
Imposto de renda e contribuição social	27	-	-	(8.548)	(4.480)
Prejuízo do exercício		(235.791)	(96.109)	(235.791)	(96.109)
Operações descontinuadas	13	(24)	(88)	(24)	(88)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas		(24)	(88)	(24)	(88)
Prejuízo do exercício		(235.815)	(96.197)	(235.815)	(96.197)
Prejuízo por ação das operações descontinuadas – básico e diluído	24			-	(0,02)
Prejuízo por ação das operações em continuidade – básico	24			(43,14)	(22,75)
Prejuízo por ação das operações em continuidade – diluído	24			(42,49)	(21,70)
Prejuízo por ação	24			(42,49)	(21,72)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	(235.815)	(96.197)	(235.815)	(96.197)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(235.815)</u>	<u>(96.197)</u>	<u>(235.815)</u>	<u>(96.197)</u>
Total do resultado abrangente do exercício				
Operações continuadas	(235.791)	(96.109)	(235.791)	(96.109)
Operações descontinuadas	(24)	(88)	(24)	(88)
	<u>(235.815)</u>	<u>(96.197)</u>	<u>(235.815)</u>	<u>(96.197)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Reserva de ágio</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		196.369	603	944	(126.849)	71.067
Amortização de Ágio	17 e 22			(220)	220	-
Prejuízo do exercício					(96.196)	(96.196)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>196.369</u>	<u>603</u>	<u>724</u>	<u>(222.824)</u>	<u>(25.130)</u>
Aumento de Capital		249.544				249.544
Amortização de Ágio	17 e 22			(220)	220	
Aumento de Reserva de Capital			629.816			629.816
Gastos na emissão de ações		(858)	(7.720)			(8.578)
Plano de ações			2.514			2.514
Prejuízo do exercício					(235.815)	(235.815)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>445.055</u>	<u>625.213</u>	<u>504</u>	<u>(458.420)</u>	<u>612.352</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EBES SISTEMAS DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(235.815)	(96.197)	(235.815)	(96.197)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	25	2.640	1.101	19.112	12.812
Resultado de equivalência patrimonial	14	30.466	23.461	-	-
Valor residual de imobilizado baixado	15	174	54	139	54
Pagamento baseado em ações		(8.687)	2.875	(8.687)	2.875
Provisão para demandas judiciais	21	(27)	81	(27)	81
Despesas com plano de ações	22	2.514	-	2.514	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento	18,19,16	80.967	16.616	165.069	61.883
		(127.768)	(52.009)	(57.695)	(18.492)
Varição dos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(8.312)	306	(23.729)	2.007
Estoques		(57.286)	(38.748)	-	-
Impostos a recuperar		(16.143)	(2.250)	(16.175)	(2.272)
Depósitos judiciais		(281)	(127)	(290)	(135)
Instrumentos financeiros		(2.372)	2.428	(2.372)	2.428
Outros créditos		(46.600)	(10.111)	(47.425)	(16.180)
Fornecedores		(21.806)	26.511	(15.123)	29.378
Obrigações trabalhistas		8.036	5.372	8.036	5.393
Impostos e tributos a recolher		269	81	11.875	4.591
Outros passivos		207	429	207	429
Partes relacionadas		(104.095)	14.283	(1.316)	-
Dividendos recebidos		2.386	-	-	-
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos e debêntures		(53.001)	(3.937)	(107.233)	(21.997)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(8.548)	(4.506)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades operacionais		(426.766)	(57.772)	(259.788)	(19.356)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	15 e 17	(24.837)	(11.906)	(384.399)	(216.686)
Investimentos em controladas	14	(54.759)	(11.594)	-	-
Caixa líquido de controlada incorporada	13	-	30	-	-
Caixa restrito	5	318.551	(316.456)	320.285	(312.044)
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	(72.076)	(44.116)
Investimentos em coligadas	14	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		238.955	(339.926)	(136.190)	(572.846)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Cessão de mútuo com partes relacionadas		(15.026)	(437)	(15.139)	(935)
Captação de empréstimos e financiamentos	18	-	222.000	228.687	484.582
Amortização empréstimos e financiamentos		(246.090)	(16.778)	(269.900)	(20.887)
Emissão de debêntures		60.000	206.000	60.000	206.000
Amortização de debêntures		(133.000)	-	(133.000)	(51.805)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		(755)	(30)	(5.618)	(326)
Integralização de capital	22	879.360	-	879.360	-
Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos		(8.578)	-	(8.578)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		535.911	410.755	735.812	616.629
Aumento (redução) líquido (a) do caixa e equivalentes de caixa		348.100	13.057	339.834	24.427
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		31.649	18.592	51.007	26.580
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		379.749	31.649	390.841	51.007
Aumento (redução) líquido (a) do caixa e equivalentes de caixa		348.100	13.057	339.834	24.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EBES SISTEMA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS--CONTINUAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EBES Sistemas de Energia S.A. (“Companhia” ou “Órigo”), constituída em 17 de fevereiro de 2011, tem por objeto a prestação de serviços de desenvolvimento, consultoria e engenharia em projetos de sistemas de energia térmica, mecânica, solar e equipamentos eletromecânicos, bem como representação comercial, distribuição, importação, exportação, fabricação, comercialização, instalação, obras de construção civil, manutenção e aluguel de equipamentos para sistemas de energia.

A Companhia participa no capital social de outras sociedades, participa de projetos relacionados ao seu objeto social, na forma de consórcios, condomínios ou cooperativas e/ou outra estrutura jurídica que não detenha personalidade jurídica própria, e, também estrutura e participa em projetos de geração de energia distribuída relacionado ao Sistema de Compensação de Energia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A sede social da Companhia está localizada na rua Conceição, 233, sala 404, Centro, Campinas/SP. O nome comercial da Companhia é Órigo Energia (Órigo). A Companhia possui filiais em São Paulo - SP, onde consta o escritório financeiro, em Barueri – SP, em Mombaça - Ceará, em Belo Horizonte – MG, e em Recife – PE.

A Companhia, por intermédio de suas controladas, desenvolve projetos de implantação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida cada UFV, a Companhia atua na gestão de Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs e CNPJs) de consumidores de energia que, por sua vez, alugam das controladas da Companhia os ativos de geração implantados nas UFVs. Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada, visando se beneficiarem da geração energética correspondente junto às companhias distribuidoras de energia, através de desconto em suas contas de energia. Desta forma, a receita auferida pela Companhia provém dos aluguéis pagos pelos consórcios e cooperativas às controladas (detentoras das UFVs) e do serviço de gestão pago à Companhia.

A Companhia aumentou o investimento em novas usinas de geração de energia solar em 2022, proporcionando, através dos consórcios e cooperativas sob sua gestão, o atendimento de aproximadamente 62 mil clientes no estado de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, por meio da locação de fazendas próprias e de terceiros. Em 31 de dezembro de 2022, 47 Usinas Fotovoltaicas, próprias e de terceiros, constavam em operação com 166 MWp¹.

¹ Unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período. MWac é a potência nominal e MWp a potência pico de placas.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possuía 73 MWac e 41 MWac, respectivamente, conectados e operando através das UFVs instaladas em suas controladas conforme detalhado abaixo:

	<u>MWac Conectados</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
João Pinheiro Solar Ltda	9,5	3,5
Sagarana Geração de Energia Solar Ltda.	5	5
Francisco SA II Geração de Energia Solar Ltda.	35	20
Manga I Geração de Energia Solar Ltda.	5	5
Janaúba II Geração de Energia Solar Ltda.	5	5
Melgaço Geração de Energia Solar 31 Ltda	11	2,5
Monte Carmelo Geração de Energia Solar 44 Ltda	2,5	-
São Francisco Angicos Geração de Energia Solar Ltda. (*)	-	-
	<u>73,1</u>	<u>41,0</u>

(*) Operação de 75 KWac apenas, abaixo de 1MW ou 1.000KW.

Adicionalmente, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, controladas que estão em fase pré-operacional, conforme detalhado na Nota 2.4.

A Companhia também possui participação na Finco Assessoria Financeira Eireli (“Finco”), que tem como objeto social a prestação de serviços administrativos para outras empresas do grupo, além de possuir participação no capital social das outras controladas. Essa controlada está sem movimentação, portanto, sem impactos para os saldos consolidados (vide Nota 14).

Reorganização societária

Como parte da reestruturação societária da Companhia foram realizadas as transações descritas a seguir.

Todas as incorporações foram realizadas visando a otimização da estrutura societária ou busca de sinergia das operações de suas controladas.

As incorporações realizadas pela Companhia foram fundamentadas no acervo líquido contábil das controladas, apurados com base nos valores contábeis das respectivas datas de incorporação, sem a geração de ganhos ou perdas, como apresentado abaixo:

- Em 27 de janeiro de 2021, as controladas São Bento Geração de Energia Solar 17 Ltda., Lambari Geração de Energia Solar 20 Ltda. e Pimenta Geração de Energia 28 Ltda., foram incorporadas pela controlada João Pinheiro Solar Ltda. e constituiu a abertura de filiais.

	<u>2021</u>		
	<u>Acervo líquido incorporado</u>		
	<u>São Bento</u>	<u>Lambari</u>	<u>Pimenta</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Outros créditos	3	4	-
<u>Circulante</u>	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>-</u>
Direito de uso de ativo	679	3.351	1.453
Imobilizado	41	67	92
Intangível	-	<u>32</u>	<u>-</u>
<u>Não circulante</u>	<u>720</u>	<u>3.450</u>	<u>1.545</u>
Total do ativo	<u>724</u>	<u>3.454</u>	<u>1.545</u>
Fornecedores	11	32	11
Obrigações trabalhistas			
Obrigações tributárias	1	8	2
Passivo de arrendamento	79	384	170
Empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Circulante</u>	<u>91</u>	<u>424</u>	<u>183</u>
Passivo de arrendamento	<u>614</u>	<u>3.017</u>	<u>1.319</u>
<u>Não circulante</u>	<u>614</u>	<u>3.017</u>	<u>1.319</u>
Total do passivo	<u>705</u>	<u>3.441</u>	<u>1.502</u>
Total do acervo líquido incorporado	<u>19</u>	<u>13</u>	<u>43</u>

- Em 24 de fevereiro de 2021, a Companhia incorporou a controlada Ebes Administradora de Consórcios Ltda.

	<u>2021</u>
	<u>Acervo líquido incorporado</u>
	<u>EBES Adm</u>
Caixa e equivalentes de caixa	30
Contas a receber	3.036
Impostos a recuperar	12
Outros créditos	115
<u>Circulante</u>	<u>3.193</u>
Partes relacionadas	2.252
<u>Não circulante</u>	<u>2.252</u>
Total do ativo	<u>5.445</u>

	<u>2021</u>
	<u>Acervo líquido incorporado</u>
	<u>EBES Adm</u>
Fornecedores	20
Obrigações trabalhistas	20
Obrigações tributárias	124
<u>Circulante</u>	<u>144</u>
Partes relacionadas	1
<u>Não circulante</u>	<u>1</u>
Total do passivo	<u>145</u>
Total do acervo líquido incorporado	<u>5.300</u>

- Em 16 de dezembro de 2021, a Administração aprovou a incorporação das controladas Guariba Geração de Energia 43 Ltda., Três Reis Geração de Energia Solar Ltda., Lagoa Grande Geração de Energia Solar Ltda., e Barreiro Geração de Energia Ltda. pela controlada Francisco Sá II Geração de Energia S.A. e constituiu a abertura de filiais.

	<u>2021</u>			
	<u>Acervo líquido incorporado</u>			
	Lagoa			
	<u>Barreiro</u>	<u>Grande</u>	<u>Três Reis</u>	<u>Guariba</u>
Caixa e equivalentes de caixa	127	3	1.345	617
Outros créditos	42	263	112	308
Partes Relacionadas	<u>8.443</u>	<u>1.036</u>	<u>2.869</u>	<u>20.819</u>
<u>Circulante</u>	<u>8.612</u>	<u>1.302</u>	<u>4.326</u>	<u>21.744</u>
Instrumentos financeiros	-	19.382	-	2.695
Direito de uso de ativo	3.301	1.632	102	810
Imobilizado	1.774	33.711	22.171	12.801
Intangível	<u>11.209</u>	-	-	-
<u>Não circulante</u>	<u>16.284</u>	<u>54.725</u>	<u>22.273</u>	<u>16.306</u>
Total do ativo	<u>24.896</u>	<u>56.027</u>	<u>26.599</u>	<u>38.050</u>
Fornecedores	1.169	2.563	(149)	2.116
Obrigações tributárias	18	53	16	53
Partes relacionadas	-	16.186	-	8.000
Passivo de arrendamento	133	184	10	95
Empréstimos e financiamentos	<u>382</u>	<u>4.776</u>	<u>2.429</u>	<u>1.621</u>
<u>Circulante</u>	<u>1.702</u>	<u>23.762</u>	<u>2.306</u>	<u>11.885</u>
Partes relacionadas	8.000	327	-	-
Passivo de arrendamento	1.672	1.502	95	739
Empréstimos e financiamentos	<u>13.890</u>	<u>41.243</u>	<u>26.310</u>	<u>26.981</u>
<u>Não circulante</u>	<u>23.562</u>	<u>43.072</u>	<u>26.405</u>	<u>27.720</u>
Total do passivo	<u>25.264</u>	<u>66.834</u>	<u>28.711</u>	<u>39.605</u>
Total do acervo líquido incorporado	(368)	(10.807)	(2.112)	(1.555)

- Em 31 de Março de 2022, as controladas Irai de Minas Geração de Energia Solar 19 Ltda., Santa Rosa Geração de Energia Solar 14 Ltda., São Gotardo Geração de Energia Solar 32 Ltda. e Bananal Geração de Energia Solar 46 Ltda., foram incorporadas pela controlada Melgaço Geração de Energia Solar 31 Ltda. e constituiu a abertura de filiais.

Ativo	Acervo líquido incorporado				Total
	Santa Rosa	São Gotardo	Iraí de Minas	Bananal	
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	3	4	13
Contas a receber	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-
Outros ativos	779	213	141	11	1.144
Circulante	782	216	144	15	1.157
Direito de uso de ativo	557	2.401	1.279	440	4.677
Imobilizado	2.135	105	257	12.524	15.021
Intangível	-	-	-	-	-
Não circulante	2.692	2.506	1.536	12.964	19.698
Total do ativo	3.474	2.722	1.680	12.979	20.855
Passivo					
Fornecedores	1.513	-	-	8.569	10.082
Obrigações tributárias	18	10	8	44	80
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	117	537	304	101	1.059
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Circulante	1.648	547	312	8.714	11.221
Partes relacionadas	325	79	45	63	512
Passivo de arrendamento	420	1.921	1.002	363	3.706
Não circulante	745	2.000	1.047	426	4.218
Total do passivo	2.393	2.547	1.359	9.140	15.439
Total do acervo líquido incorporado	1.081	175	321	3.839	5.416

- Em 31 de Maio de 2022, as controladas Terra Vista II Geração de Energia 30 Ltda. e Piumhi Geração de Energia 33 Ltda., foram incorporadas pela controlada Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. e constituiu a abertura de filiais.

Ativo	Acervo líquido incorporado		Total
	Terra Vista	Piumhi	
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	7
Contas a receber	-	-	-
Partes Relacionadas	-	-	-
Outros ativos	-	-	-
Circulante	4	3	7
Direito de uso de ativo	831	2.175	3.007
Imobilizado	449	425	874
Intangível	-	-	-
Não circulante	1.280	2.600	3.880
Total do ativo	1.284	2.603	3.887

Passivo	Acervo líquido incorporado		
	Terra Vista	Piumhi	Total
Fornecedores	97	-	97
Obrigações tributárias	3	6	9
Passivo de arrendamento Circulante	<u>7</u>	<u>487</u>	<u>494</u>
Circulante	107	493	600
Partes relacionadas	-	-	-
Passivo de arrendamento Não circulante	<u>836</u>	<u>1.740</u>	<u>2.576</u>
Não circulante	<u>836</u>	<u>1.740</u>	<u>2.576</u>
Total do passivo	<u>943</u>	<u>2.233</u>	<u>3.176</u>
Total do acervo líquido incorporado	<u>341</u>	<u>370</u>	<u>711</u>

- Em 31 de Maio de 2022, as controladas Cruzeiro Geração de Energia Solar 24 Ltda., Papagaio Geração de Energia 26 Ltda., Campestre Geração de Energia Solar 16 Ltda. e Januária Geração de Energia 45 Ltda., foram incorporadas pela controlada Janaúba II Geração de Energia Solar S.A.

Ativo	Acervo líquido incorporado				
	Cruzeiro	Campestre	Papagaio	Januária	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	4	4	14
Contas a receber	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	<u>839</u>	<u>328</u>	<u>1.169</u>
Circulante	<u>4</u>	<u>3</u>	<u>843</u>	<u>332</u>	<u>1.182</u>
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-
Direito de uso de ativo	1.847	1.657	1.690	894	6.089
Imobilizado	4.269	1.284	11.229	143	16.925
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-
Não circulante	<u>6.116</u>	<u>2.941</u>	<u>12.920</u>	<u>1.037</u>	<u>23.014</u>
Total do ativo	<u>6.120</u>	<u>2.944</u>	<u>13.763</u>	<u>1.369</u>	<u>24.196</u>
Passivo					
Fornecedores	3.102	318	9.474	36	12.930
Obrigações tributárias	30	4	45	3	82
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	394	410	379	199	1.382
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Circulante	<u>3.527</u>	<u>731</u>	<u>9.898</u>	<u>238</u>	<u>14.393</u>
Partes relacionadas	1.458	566	1.691	354	4.070
Passivo de arrendamento	1.538	1.340	1.430	712	5.019
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Não circulante	<u>2.996</u>	<u>1.906</u>	<u>3.121</u>	<u>1.066</u>	<u>9.090</u>
Total do passivo	<u>6.523</u>	<u>2.637</u>	<u>13.019</u>	<u>1.304</u>	<u>23.483</u>
Total do acervo líquido incorporado	(403)	307	744	66	713

Além disso, entre 2019 e 2020, tendo em vista o posicionamento estratégico para atuação em construção de UFV, a Companhia encerrou suas atividades de venda e distribuição de Gerador Solar Fotovoltaico (GSF) e serviços de desenvolvimento de projetos e instalação (Rooftop e Kit), vide detalhes na Nota 13.

Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo na controladora de R\$635.051 e positivo no consolidado de R\$418.909 (capital circulante líquido positivo na controladora de R\$45.904 e negativo no consolidado de R\$12.608, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido positivo, na controladora e no consolidado, de R\$612.352, em 31 de dezembro de 2022 (patrimônio líquido negativo, na controladora e no consolidado, de R\$25.129 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a Companhia mantém saldo de prejuízos acumulados controladora e consolidado de R\$458.420 em 31 de dezembro de 2022 (R\$222.825 em 31 de dezembro de 2021 controladora e consolidado). Em 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa das atividades operacionais foi negativo de R\$426.766 e 259.788 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$57.772 e R\$19.356 negativo na controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

Esse cenário é reflexo, substancialmente, da fase de expansão da Companhia, com um volume expressivo de investimentos realizados para construção das fazendas solares. Vale comentar que, apesar do aumento de potência instalada em 2022 (chegando em 166 MWp no mês de dezembro), ele ainda é pouco representativo quando comparado ao esperado para o futuro, visto que, ao final de 2022, havia pareceres de acesso formalizados junto às distribuidoras elétricas de potência aproximada de 1.360 MWp – além dos já conectados – para serem desenvolvidos nos próximos anos. Por fim, a empresa ainda incorreu em altas despesas oriundas de iniciativas de conexão ou prospecção de terras com finalidade de desenvolvimento, obtenção ou prospecção de pareceres de acesso, construindo assim um *pipeline* de projetos em conformidade com os objetivos estratégicos da Companhia.

Estes investimentos em prospecção, despesas de aluguel e implementação de novos projetos culminam em prejuízo operacional, visto que as fazendas já operacionais, em decorrência de sua baixa proporcionalidade em relação à totalidade do *pipeline* de projetos prospectados, não geram o resultado equiparável para suportar o intenso crescimento esperado para os próximos anos. No entanto, é importante comentar que se trata de despesa ou investimento para implementar futuras UFVs da Companhia e não a situação recorrente em um cenário de estabilidade.

Ainda, salientamos que as despesas financeiras somam R\$127.629 e R\$201.304 em 31 de dezembro de 2022, na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$33.529 e R\$81.920 em 31 de dezembro de 2021, na Controladora e Consolidado, respectivamente) e estão diretamente relacionadas aos instrumentos de dívidas captados pela Companhia para fins de suporte de despesas oriundas de conexão ou prospecção de terras ou refinanciamento ou financiamento para desenvolver, construir fazendas solares e garantir a expansão da capacidade de geração de energia compartilhada.

Além disso, com intuito de viabilizar o investimento contínuo em fontes de energia renováveis e expansão dos seus negócios, a Companhia constantemente monitora e avalia fontes e instrumentos de recursos próprios ou de terceiros para amparar o desenvolvimento de seu pipeline em consonância com seus objetivos estratégicos. Embora o uso de capital de terceiros possa inicialmente afetar negativamente o resultado financeiro da Companhia, através de emissão ou captação de novos instrumentos de endividamento e respectivos serviço de dívida, ele viabiliza o desenvolvimento e conexão de novas fazendas que fomentam o fluxo de caixa operacional e, conseqüentemente, contribui para melhoria do resultado operacional. Em complemento ao uso de capital de terceiros, a Companhia visa adequar sua estrutura de capital por meio de obtenção de capital próprio adicional que contribui para o desenvolvimento de seu pipeline e aprimoramento do resultado operacional.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios e objetivos estratégicos. A Companhia prepara rotineiramente no decorrer de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, que detalham os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Estes planos são acompanhados durante o exercício pelo conselho de administração da companhia, podendo sofrer alterações.

Os membros da Diretoria da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 26 de maio de 2023.

Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona Vírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e gerou impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

Apesar do impacto negativo na economia mundial, a COVID-19 não afetou significativamente o resultado e/ou operações da Órigo nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2022, a exceção foi o aumento da despesa financeira devido ao aumento da inflação e da taxa de juros como reflexo da pandemia. Para cumprir os prazos de construção das UFVs a administração manteve reuniões semanais com os coordenadores das obras e equipes internas de infraestrutura, de forma a se antecipar qualquer problema que houvesse e buscar com rapidez uma solução para não atrasar os projetos.

Visando reduzir os impactos financeiros a Administração ainda adotou as seguintes medidas:

- Implementação de um comitê de Gestão de Crise;
- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus;
- Adoção do regime híbrido em 2021, no período de pandemia, para todos os funcionários;
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas.
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais.

Por consequência das medidas apresentadas acima, a Administração considera ter seguido com eficácia os direcionamentos dos órgãos competentes em relação a boas práticas no ambiente de trabalho para prevenção da COVID-19, se adaptou rapidamente à nova realidade de trabalho remoto e híbrido. A Administração considera, atualmente, as externalidades das medidas adotadas ou em vigor como positivas para o contexto administrativo e operacional.

A administração da Companhia continua monitorando o impacto da COVID-19 e a situação global, sua condição financeira, sua liquidez, a situação de seus fornecedores, parceiros, contrapartes e de sua força de trabalho para assegurar a segurança de seus colaboradores e garantir a manutenção de seus negócios.

Adicionalmente, com a normalização da atividade econômica no Brasil, a Companhia não espera efeitos significativos que possam afetar seu resultado ou comprometer sua capacidade administrativa, financeira, operacional e a implementação ou desenvolvimento de novos projetos no próximo exercício.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada Controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros derivativos e os pagamentos baseado em ações, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira quando ocorrem, são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas e coligadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, conforme detalhadas a seguir, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, especificamente, para o balanço patrimonial consolidado.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios:

- Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida;
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas;

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As práticas contábeis e estimativas das controladas são consistentes com as práticas contábeis e estimativa adotadas pela Companhia. Adicionalmente, todas as controladas seguem o mesmo exercício social da Companhia, encerrando em 31 de dezembro de cada ano.

b) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui investimentos em coligadas.

c) Transações e participações de acionistas/quotistas não controladores

A Companhia não possui acionistas/quotistas não controladores, tendo em vista que detém em conjunto com sua controlada FINCO, 100% do controle das demais controladas, conforme percentual de participação divulgado abaixo.

Todas as controladas são constituídas com 1.000 (mil) cotas, sendo uma cota da controlada Finco Assessoria Financeira Ltda. e 999 cotas da Ebes Sistemas S.A. (Controladora). Quando há necessidade de capital próprio a Controladora aporta os recursos, diluindo a participação da controlada Finco Assessoria Financeira Ltda.

A seguir são apresentados os percentuais de participação que a Companhia possui de suas controladas e coligadas, e a principal atividade de cada uma delas, que compõem as demonstrações financeiras em cada exercício:

Nome da Controlada	Principal Atividade	Participação%	
		2022	2021
Operacionais			
João Pinheiro Solar Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Sagarana Geração de Energia Solar Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Manga I Geração de Energia Solar Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Francisco Sá II Geração de Energia Solar Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Janauba II Geração de Energia Solar Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
São Francisco Angicos Geração de Energia Solar Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Melgaço Geração De Energia 31 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Monte Carmelo Geração De Energia 44 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	99,90	99,90
Santa Rosa Geração de Energia Solar 14 Ltda. *(a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Irai de Minas Geração de Energia Solar 19 Ltda. *(a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Cruzeiro Geração de Energia Solar 24 Ltda. *(a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Campestre Geração de Energia Solar 16 Ltda. *(a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Papagaio Geração de Energia 26 Ltda. *(a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
São Gotardo Geração De Energia 32 Ltda. *(a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Piumhi Geração De Energia 33 Ltda. *(a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Terra Vista II Geração De Energia 30 Ltda *(a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Bananal Geração De Energia Solar 46 Ltda. *(a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Januária Geração De Energia 45 Ltda. *(a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	99,90	99,90
Finco Assessoria Financeira Ltda	Fornecimento de manutenção preventiva e corretiva voltado à operação de equipamentos de geração de energia solar	100	100
Green FIDC Solar GD (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar FIDC) ©	Fundo exclusivo controlado pela Francisco Sá II Geração de Energia S.A.	100	100
Green FIDC Solar GD II (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar FIDC) ©	Fundo exclusivo controlado pela Janaúba II Geração de Energia S.A.	100	100

(a) Controladas incorporadas, Nota 1.

As empresas relacionadas a seguir são pré-operacionais, possuem como principal atividade o arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica (UFV) e em 2022 e 2021 possuem percentual de participação conforme demonstrado abaixo:

Pré-operacionais		Participação%	
		2022	2021
São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Mato Verde Geração de Energia Solar Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Varzea da Palma Curumatai Geração de Energia Solar Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Buriti Geração de Energia Solar 25 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Capim Branco Geração de Energia Solar 15 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Marimondo Geração de Energia Solar 23 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Six Energy Desenvolvimento de Negócios Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Frutal Geração de Energia 27 Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Santa Martha Geração De Energia 29 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Ponte Alta Geração De Energia 34 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Poutrinha Geração De Energia 37 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Três Amores Geração De Energia 36 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Jacauna Geração De Energia 35 Ltda.	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Vertentes Geração De Energia 39 Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Petrolina Geração De Energia 38 Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Parnamirim Geração De Energia 40 Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Princesa Dos Canaviais Geração De Energia 41 Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Campos Novos Geração De Energia 42 Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	100	100
Paratinga Geração de Energia 51 Ltda	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	99,90	99,90
Outras SPE's (a)	Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica	99,90	-

- (a) Compreende 460 CNPJ 's com participação de 99,90 da Controladora que foram criados durante o ano de 2022 e possuem capital social de R\$1 (mil).

2.5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, salvo disposição em contrário.

2.5.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas” ou “Custos” respectivamente, no período em que ocorrem.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, contas a receber e partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamento, partes relacionadas, e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A “provisão para perdas de crédito esperado”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 60 dias, e com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber

Incluem os faturamentos de locação das UFV's pelas controladas e a prestação de serviço de administração e honorários de *performance* pela Companhia, para os consórcios e cooperativas registrado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, compra de materiais de escritórios, dentre outros.

Empréstimos e financiamentos e Debêntures

Os empréstimos e financiamentos e Debêntures são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pela Companhia, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades anônimas e oferecidos diretamente para os investidores (debenturistas), que se tornam credores da Companhia e recebem uma remuneração (geralmente na forma de juros) até o vencimento do título.

Empréstimos e financiamentos e Debêntures--Continuação

Seguindo as premissas do CPC 08 (R1) / IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciar o valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar.

Capitalização de custos de empréstimos

Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio e de juros sobre os empréstimos em moeda nacional ou estrangeira e variação cambial na importação de equipamentos, e não são utilizados para fins especulativos.

Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo a cada fechamento de balanço, considerando a alteração do valor justo e condições de mercado, nessa data.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, na data da transação. Em 31 de dezembro de 2022, há apenas o valor residual do ajuste a valor presente do contas a receber relativo às vendas financiadas de *kits* e *rooftops*, as quais foram descontinuadas, conforme mencionado na Nota 13.

Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificadas no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

2.5.2. Estoques

Refere-se a módulos fotovoltaicos solares, partes, peças e acessórios de equipamentos fotovoltaicos para revenda da Companhia para suas controladas, sem margem, utilizados para a construção das fazendas solares das controladas da Companhia.

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e se houver necessidade, uma provisão para perdas é registrada. O custo do estoque inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

2.5.3. Arrendamentos

A Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Direito de uso de ativos

A Companhia reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Premissas para o reconhecimento

A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, em razão dos ativos destinados a operação terem a possibilidade de serem substituídos por atualização de futuras tecnologias afetando diretamente a condução dos negócios, e alterando a forma no qual são operados.
- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada é de 18,55% a.a. a 23,76% a.a. em 2022 e 2021, respectivamente, alterando de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato de arrendamento, calculada ao adicionar sobre a última disponibilização da curva DI x pré de 08/02/2021 o spread de crédito incidente sobre a emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI).
- (vii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento;
- (viii) Além de taxa livre de risco, foi considerado o risco de crédito da Companhia
- (ix) Ambiente econômico similar - risco de crédito da Companhia, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

Premissas para o reconhecimento--Continuação

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia como arrendadora

A Companhia através de suas controladas, que são as detentoras das UFV's, atua como arrendadora, locando essas UFVs para os consórcios e cooperativas, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.5.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados, quando elegíveis, até a finalização da construção dos ativos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação dos ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada ou durante a vigência dos contratos de locação de direito de uso das superfícies onde as usinas fotovoltaicas estão construídas, dos dois o menor. Referidos contratos de locação possuem uma vigência entre 25 e 30 anos, e a vida útil estimada dos equipamentos é como segue:

	Vida útil (anos)	
	2022	2021
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Ferramentas	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5	5
Veículos	5	5
Equipamentos de comunicação	10	10
Instalações	10	10
Equipamentos solar	25 - 30	20 - 30

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O valor contábil de um ativo imobilizado é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5.6). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.5.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente, como softwares, licenças de uso, certificado de energia renovável que atesta o uso de energia renovável para o desenvolvimento de suas atividades, dentre outros, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

As taxas de amortização dos intangíveis estão apresentadas na Nota 17.

A Companhia capitalizou os gastos com o desenvolvimento e a formação da carteira de clientes (Set-Up de clientes), tendo em vista que são gastos incorridos para fidelização de clientes que gerarão benefícios econômicos futuros. A taxa de amortização foi definida com base no giro médio da carteira de clientes.

Em 31 de dezembro de 2022, a empresa alterou as tratativas e todo o saldo residual de ativo intangível foi baixado como despesas com vendas.

Adicionalmente, a Empresa capitalizou no intangível os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, tendo em vista que gerarão benefícios econômicos futuros. Os valores capitalizados compreendem os gastos com comissão, conforme o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. A taxa de amortização foi definida com base no giro médio da carteira de clientes.

2.5.6. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Em linha com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível, com vida útil determinada, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Isto posto, a cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O valor recuperável de cada uma das UFVs, que é a unidade geradora de caixa, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pelo conselho de administração, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica durante um período de vinte e cinco anos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 15% a.a. (12,4% em 2021). A taxa de crescimento considerado para as despesas e receitas foi o IPCA. As projeções consideram a inflação projetada dos contratos de locação, sem taxa de crescimento real. Foi concluído que o valor justo líquido das despesas não excedeu o valor em uso.

Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2022, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

2.5.7. Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Receita de locação e prestação de serviços

Corresponde à receita da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) das controladas da Companhia para consórcios ou cooperativas de consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia), que compartilham os direitos econômicos destes ativos. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento de 25 anos.

Também inclui a prestação de serviços de gestão administrativa, financeira e comercial dos consórcios e cooperativas, que celebram contratos de locação com as usinas fotovoltaicas próprias e de terceiros, e consideram uma remuneração fixa mensal.

Além disto, a Companhia também auferir uma receita, conforme estabelecido em contrato, referente à remuneração adicional por sua *performance*, em razão de sua contribuição para a eficiência das cooperativas e consórcios, a partir de sua experiência na administração dessas estruturas. O reconhecimento dessa receita ocorre após a mensuração e o aceite / concordância da contraparte.

Receita de venda de equipamentos e outros

Corresponde às vendas de equipamentos, partes, peças e acessórios utilizados para construção de usinas fotovoltaicas (UFVs), que a controladora faz para as suas controladas, tendo em vista os registros específicos que possui para a importação desses equipamentos. Essas transações são eliminadas no resultado consolidado da Companhia. Adicionalmente, a Companhia, juntamente com suas controladas, realiza projetos especiais, não recorrentes, para instalação de UFV para terceiros, incluindo a venda dos equipamentos e módulos fotovoltaicos.

2.5.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias.

Na Controladora, que adota o regime de tributação com base no lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Todas as controladas da Companhia adotam o regime tributário lucro presumido, calculados pelas alíquotas regulares de 32% de presunção de lucro, e sobre os 32% incidem 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores, aplicável às companhias que adotam o regime de tributação com base no lucro real.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não atendia os critérios acima e, portanto, nenhum valor foi registrado. Inclusive, nessas mesmas datas, a Companhia não possuía nenhuma diferença temporária que demandaria o registro de impostos diferidos passivos.

2.5.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou suas controladas possuírem uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.10. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Até 2022, determinados funcionários (inclusive executivos seniores) da Companhia recebiam pagamentos baseados em ações, nos quais esses profissionais prestam serviços e são recompensados com direitos sobre a valorização de ações, os quais só poderiam ser liquidados com caixa, e eram denominadas como “Phantoms”.

Para essas transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele for liquidado.

Um passivo é reconhecido ao valor justo da transação liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e a cada data de reporte até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecido como despesas com benefícios a empregados, na demonstração do resultado, na rubrica “despesas gerais e administrativas”, vide Nota 25.

O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do período até a data de aquisição (*vesting*), com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado com base no modelo *Black & Scholes*. Mais detalhes são apresentados na Nota 20.

Em 2022, este plano foi cancelado e foi constituído um novo plano de outorga de opções de compra de ações, conforme Nota 22.

2.5.11. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, construção de UFVs para a locação na modalidade geração distribuída para diversos clientes, pessoas físicas e pessoas jurídicas, conforme descrito na Nota 1, e que representa, substancialmente, a receita total consolidada da Companhia e suas controladas, restando apenas demais serviços, mas tratados sobre um negócio e segmento únicos.

2.5.12. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.5.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Empresa aplicou pela primeira vez os pronunciamentos vigentes e alterações, a partir de 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Empresa, visto que ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19.

2.5.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro (IFRS 4) para o CPC 50 Contrato de Seguro (IFRS 17);
- Alterações à IFRS 10 e CPC 36 e IAS 28 e CPC 18: Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis.
- Alterações ao IAS 12 e CPC 32: Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações financeiras.

2.5.15. Reapresentação das demonstrações financeiras

Após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração concluiu a análise sobre determinadas características das debêntures emitidas pela Companhia, relacionadas às opções de conversibilidade, remuneração mínima e resgate antecipado, bem como taxa efetiva de juros, para o exercício findo naquela data. Consequentemente, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 estão sendo reapresentadas para complementar certas divulgações na nota explicativa 19 associadas às referidas características, de forma a aprimorar essas divulgações e apresentações, à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil e das IFRSs.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

- (a) Provisão para perdas de créditos esperadas: Nota 2.5.9
- (b) Vida útil do ativo imobilizado e intangível: Notas 2.5.4 e 2.5.5
- (c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.5.6
- (d) Provisão para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, dentre outros, que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos contratados pela Companhia.

A Companhia aplicou a Interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda, a partir de 1º de janeiro de 2019 e não teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- (e) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.5.3

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento	560	2.964	3.383	3.242
Aplicações financeiras	<u>379.189</u>	<u>28.685</u>	<u>387.458</u>	<u>47.765</u>
	<u>379.749</u>	<u>31.649</u>	<u>390.841</u>	<u>51.007</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), remuneradas a taxas de até 105,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e até 105% do CDI em 31 de dezembro de 2022. As aplicações financeiras são compostas por:

- (i) Aplicações em Operações Compromissadas, emitidas por instituições financeiras no Brasil, disponível para resgate em até 1 dia
- (ii) Aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDB's), emitidos por instituições financeiras no Brasil, disponível para resgate em até 90 dias
- (iii) Aplicações em Letras Financeiras (LF's), emitidas por instituições financeiras no Brasil e com juros calculados pela curva contratual, disponível para resgate com base na curva contratual em até 30 dias

5. CAIXA RESTRITO

A Companhia mantém saldo de caixa restrito em controladas, na qualidade de cessão fiduciária decorrente de empréstimos contratados, conforme constam nas Notas 18 e 19.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	-	803	73	1.283
Não circulante	<u>134</u>	<u>317.882</u>	<u>923</u>	<u>319.998</u>
	<u>134</u>	<u>318.685</u>	<u>996</u>	<u>321.281</u>

Em março, maio e julho de 2022, a Companhia e suas controladas contrataram dívidas de mercado de capitais. Estas captações fazem parte do planejamento estratégico financeiro da Companhia, que visa o financiamento de seus projetos e reforço do saldo de caixa.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Certificados de recebíveis imobiliários – CRI (a)	46.500	16.017
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC (b)	<u>64.585</u>	<u>22.992</u>
	<u>111.085</u>	<u>39.009</u>

(a) Corresponde às cotas subordinadas subscritas pela controlada João Pinheiro Solar Ltda. e Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda nas respectivas emissões de CRI, conforme nota 18.

(b) Corresponde às cotas subordinadas subscritas pela controlada Francisco Sá II Geração de Energia S.A. e Janaúba II Geração de Energia S.A. nas respectivas emissões de FIDC, conforme nota 18.

Em dezembro de 2022, as cotas subordinadas (TVM) subscritas pela controlada Francisco Sá II Geração de energia S.A, totalizavam 29.143 cotas no valor de R\$ 953,26 (novecentos e cinquenta e três reais e vinte e seis centavos) cada e, as cotas subordinadas (TVM) subscritas pela controlada Janaúba II Geração de Energia S.A., totalizavam 33.976 cotas no valor de R\$ 1.083,27 (um mil reais, oitenta e três reais e vinte e sete centavos) cada.

	<u>2021</u>	<u>Investimento</u>	<u>Variação da cota júnior</u>	<u>2022</u>
GREEN FIDC SOLAR GD	22.992	-	4.788	27.780
GREEN FIDC SOLAR GD II	-	<u>33.976</u>	<u>2.829</u>	<u>36.805</u>
	<u>22.992</u>	<u>33.976</u>	<u>7.617</u>	<u>64.585</u>

	<u>2020</u>	<u>Investimento</u>	<u>Variação da cota júnior</u>	<u>Variação da cota sênior/ mezanino</u>	<u>2021</u>
GREEN FIDC SOLAR GD	-	28.100	(2.062)	(3.045)	22.993

7. CONTAS A RECEBER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Duplicatas a receber	<u>13.492</u>	<u>5.092</u>	<u>38.275</u>	<u>14.458</u>
	<u>13.492</u>	<u>5.092</u>	<u>38.275</u>	<u>14.458</u>

A Companhia não possui saldo de duplicatas vencidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e, também, não possui expectativa de perdas, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

<u>Ativo</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
SWAP	-	141	-	141
NDF	<u>4.784</u>	<u>-</u>	<u>4.784</u>	<u>-</u>
	<u>4.784</u>	<u>141</u>	<u>4.784</u>	<u>141</u>

<u>Passivo</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<i>Instrumentos financeiros</i>				
SWAP	1.194	1.478	1.194	1.478
NDF	<u>2.815</u>	<u>260</u>	<u>2.815</u>	<u>260</u>
	<u>4.009</u>	<u>1.738</u>	<u>4.009</u>	<u>1.738</u>

Em agosto de 2021, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo *swap*, com o intuito de alterar exposição ao indexador pré-fixado para uma taxa pós fixada. O valor justo é determinado com base na taxa futura descontada.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos de *Non-deliverable forward* (NDF) com o objetivo de se proteger contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio oriundas de contratos de compra de equipamentos importados. O valor justo é determinado com base na taxa futura descontada.

Ativo

<u>Modalidade</u>	<u>Notional</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>	<u>Ponta ativa</u>		<u>Ponta passiva</u>		<u>Saldo</u>
				<u>Saldo em</u>	<u>Saldo em</u>			
				<u>31/12/2022</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2022</u>		
NDF	USD 60.000	jul/23	5,3585	<u>4.784</u>	5,3166	<u>-</u>	<u>4.784</u>	
				<u>4.784</u>		<u>-</u>	<u>4.784</u>	

Modalidade	Notional	Vencimento	Ponta ativa		Ponta passiva		Saldo ativo líquido
			Taxa	Saldo em 31/12/21	Taxa	Saldo em 31/12/21	
SWAP	USD 954 mil	ago/22	VC USD + 4,24% a.a.	3.546	CDI + 5,00% a.a.	(3.405)	141
				<u>3.546</u>		<u>(3.405)</u>	<u>141</u>

Passivo

Modalidade	Notional	Vencimento	Ponta ativa		Ponta passiva		Saldo
			Taxa	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Saldo em 31/12/2022	
NDF	USD 40.000	abr/23		-	5,3564	2.815	2.815
SWAP	BRL 5.400	dez/24	11,75% a.a.	-	230% CDI	1.194	1.194
				<u>-</u>		<u>4.009</u>	<u>4.009</u>

Modalidade	Notional	Vencimento	Ponta ativa		Ponta passiva		Saldo
			Taxa	Saldo em 31/12/2021	Taxa	Saldo em 31/12/2021	
NDF	'USD 6.678 mil	mar/22	5,7443	260			260
SWAP	BRL 6.000	dez/24	11,75% a.a.	7.623	230% CDI	(6.146)	1.477
				<u>7.883</u>		<u>(6.146)</u>	<u>1.737</u>

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria para revenda (módulos fotovoltaicos)	96.034	38.748	-	-
	<u>96.034</u>	<u>38.748</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O saldo de 31 de dezembro de 2022 se refere a itens que serão revendidos para as controladas que já possuem pareceres de acesso e as construções estão em andamento.

10. PARTES RELACIONADAS

As transações com Partes Relacionadas correspondem principalmente a necessidade de caixa nas controladas da Companhia majoritariamente devido as compras dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas (módulos/inversores). Adicionalmente, apenas a Companhia possui margem e limite para operar os volumes necessários com os bancos, e possui os registros necessários para a importação dos equipamentos.

A Companhia é a responsável pelas captações de recursos através de transações de mercado de capitais, e faz o repasse desses recursos para suas controladas, através de mútuos. Os mútuos celebrados entre a Companhia e suas controladas são remunerados a uma taxa de 12% a.a. calculados por dias corridos (base 360) e sobre os quais há incidência de imposto sobre operações financeiras - IOF e imposto de renda - IR. As transações entre partes relacionadas são realizadas de acordo com os termos estabelecidos entre as partes com vencimento de até 10 anos.

A seguir são apresentados os saldos e transações:

a) Saldos

Ativo Circulante	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Contas a receber</u>				
João Pinheiro Energia Solar	1.568	-	-	-
Sagarana Geração de Energia Solar	2.386	3.303	-	-
Janauba II Geração de Energia Solar	-	3.215	-	-
São Francisco Angicos Geração de Energia Solar	185	225	-	-
Melgaço Geração De Energia 31 Ltda.	9.670	9.538	-	-
Bananal Geração De Energia Solar 46 Ltda.	-	9.574	-	-
Frutal Geração de Energia Solar	16.794	-	-	-
Santa Martha Geração de Energia Solar	15.394	-	-	-
Ponte Alta Geração de Energia Solar	18.015	-	-	-
Monte Carmelo Geração de Energia Solar	411	-	-	-
Flores Geração de Energia Solar 02	209	-	-	-
Flores Geração de Energia Solar 04	209	-	-	-
Flores Geração de Energia Solar 05	211	-	-	-
Flores Geração de Energia Solar 03	180	-	-	-
Flores Geração de Energia Solar 01	180	-	-	-
Solonopole 380 Geração de Energia Solar 921	3.449	-	-	-
Solonopole 380 Geração de Energia Solar 439	2.370	-	-	-
Solonopole 380 Geração de Energia Solar 114	3.048	-	-	-
Solonopole 380 Geração de Energia Solar 516	5.052	-	-	-
Inaja 436 Geração de Energia Solar 907	2.833	-	-	-
Inaja 436 Geração de Energia Solar 908	2.055	-	-	-
Inaja 436 Geração de Energia Solar 909	1.219	-	-	-
Inaja 436 Geração de Energia Solar 910	1.989	-	-	-
Petrolina 584 Geração de Energia Solar 914	4.502	-	-	-
Petrolina 584 Geração de Energia Solar 915	2.726	-	-	-
Oroco 375 Geração de Energia Solar 976	4.091	-	-	-
Oroco 375 Geração de Energia Solar 979	2.043	-	-	-

Ativo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Contas a receber</u>				
Oroco 375 Geração de Energia Solar 977	2.043	-	-	-
Oroco 375 Geração de Energia Solar 981	1.949	-	-	-
Oroco 375 Geração de Energia Solar 976	2.049	-	-	-
	<u>106.830</u>	<u>25.855</u>	-	-
<u>Dividendos a Receber</u>				
Janauba Floresta	-	515	-	-
	<u>106.830</u>	<u>26.370</u>	-	-
<u>Não circulante</u>				
<u>Mútuos e transações com consórcios</u>				
João Pinheiro Solar Ltda.	4.454	-	-	-
Sagarana Geração de Energia Solar	-	526	-	-
Francisco SA II Geração de Energia	10.351	167	-	-
Janaúba II Geração de Energia Solar	1	-	-	-
São Francisco III Geração de Energia Solar	3	-	-	-
Cruzeiro Geração de Energia Solar	2.149	651	-	-
Frutal Geração de Energia Solar	1	-	-	-
Melgaço Geração de Energia Solar	2.380	-	-	-
Monte Carmelo Geração de Energia Solar	1.417	-	-	-
Manga I Geração de Energia Solar	170	-	-	-
GD Flores	3	-	-	-
Six Energy	88	-	-	-
Cooperativa Órigo Geração de Energia Solar	14.232	1.918	14.232	1918
Consórcio Sagarana	274	-	274	-
Outros Consórcios (i)	4.140	276	4.140	277
	<u>39.663</u>	<u>3.538</u>	<u>18.646</u>	<u>2.195</u>
<u>Passivo circulante</u>				
<u>Adiantamentos de clientes (ii)</u>				
João Pinheiro Solar Ltda.	-	8.749	-	-
Francisco SA II Geração de Energia	1.993	3.547	-	-
Janauba II Geração de Energia Solar	7.768	-	-	-
	<u>9.761</u>	<u>12.296</u>	-	-

- (i) Valores a receber pulverizados, inferiores a R\$ 100. Os saldos em aberto com consórcios e cooperativas, referem-se a valores disponibilizados para cobrir obrigações de curto prazo e que serão ressarcidas no decorrer de 2023.
- (ii) Refere-se a valores adiantados das Controladas para a Controladora, com a finalidade de prover recursos financeiros, para os processos de importação dos equipamentos que serão utilizados na construção das Usina Solares (UFV's).

b) Transações

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
	Receita líquida de vendas	Juros sobre mútuos	Receita líquida de vendas	Juros sobre mútuos	Juros sobre mútuos
João Pinheiro	7.198	112	24.147	-	-
Lagoa Grande	-	-	23.325	-	-
Três Reis	-	-	14.080	-	-
Guariba	-	-	8.066	-	-
Barreiro	-	-	7.975	-	-
Melgaço	10.877	58	7.699	-	-
Bananal	8.484	-	7.051	-	-
Manga I	-	3	-	-	-
Six Energy	-	1	-	-	-
Frutal	15.241	122	-	-	-
Monte Carmelo	17.616	15	-	-	-
Papagaio	8.911	-	-	-	-
Ponte Alta	16.349	-	-	-	-
Santa Rosa	8.303	-	-	-	-
Sagarana	-	-	-	20	-
Francisco SA II	1.967	491	-	-	-
Janauba II	10.848	-	-	-	-
Cruzeiro	5.725	-	-	29	-
Santa Martha	13.970	-	-	-	-
Solonópole 114	2.766	-	-	-	-
Solonópole 516	4.585	-	-	-	-
Solonópole 921	3.130	-	-	-	-
Solonópole 439	2.150	-	-	-	-
Inaja 907	2.571	-	-	-	-
Inaja 909	1.105	-	-	-	-
Inaja 910	1.805	-	-	-	-
Inaja 908	1.864	-	-	-	-
Petrolina 914	4.086	-	-	-	-
Petrolina 915	2.473	-	-	-	-
Orocó 976	3.713	-	-	-	-
Orocó 979	1.853	-	-	-	-
Orocó 977	1.853	-	-	-	-
Orocó 981	1.859	-	-	-	-
Orocó 982	1.769	-	-	-	-
Flores 02	190	-	-	-	-
Flores 04	190	-	-	-	-
Flores 05	192	-	-	-	-
Flores 01	163	-	-	-	-
Flores 03	163	-	-	-	-
Cooperativa Origo Geração	-	859	-	95	859
Cooperativa Solar	-	73	-	-	73
	<u>163.969</u>	<u>1.734</u>	<u>92.343</u>	<u>144</u>	<u>932</u>
					<u>95</u>

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração inclui benefícios de curto prazo, tais como salários, os encargos sociais, bônus e pagamentos baseados em ações (Phantoms), e totalizou R\$16.646 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$8.815 em 2021).

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	3.113	2.450	3.113	2.450
Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS	9.295	6.529	9.308	6.529
Imposto de Renda Retido na Fonte a recuperar - IRR	4.985	16	5.021	16
Programa de Integração Social - PIS	1.382	261	1.391	270
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	5.851	983	5.851	983
Imposto sobre Serviços - ISS	58	58	59	58
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	27	27	27	27
Provisão para perdas ICMS	-	(1.691)	-	(1.691)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.305	1.266	1.389	1.371
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	<u>35</u>	<u>9</u>	<u>40</u>	<u>11</u>
	<u>26.051</u>	<u>9.908</u>	<u>26.199</u>	<u>10.024</u>
Circulante	18.653	8.518	18.801	8.634
Não Circulante	<u>7.398</u>	<u>1.390</u>	<u>7.398</u>	<u>1.390</u>
	<u>26.051</u>	<u>9.908</u>	<u>26.199</u>	<u>10.024</u>

A Companhia tem avaliado periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos, objetivando o seu aproveitamento, e a Administração entende que os mesmos serão recuperados no curso normal dos negócios ao longo dos próximos anos.

12. OUTROS ATIVOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conexão Fazenda Solar (i)	59.268	16.678	60.708	16.678
Adiantamento a fornecedores	2.369	396	4.232	2.602
Adiantamento a funcionários	601	68	601	68
Provisão adiantamento Fornecedores	(29)	-	(29)	-
Despesas antecipadas	2.343	1.428	6.078	5.436
Sinistros a receber (ii)	<u>618</u>	<u>-</u>	<u>618</u>	<u>-</u>
	<u>65.170</u>	<u>18.570</u>	<u>72.209</u>	<u>24.784</u>

(i) Gastos incorridos para a conexão de fazendas solares junto às distribuidoras a serem ressarcidos.

(ii) Sinistro referente a mercadoria de estoque. Valor previsto para recebimento em 2023.

A Companhia incorre em custos na adequação de redes em subestações em nome das distribuidoras para conexão das fazendas solares, que são ressarcidos à Companhia. O prazo regulatório é de seis meses, havendo contratualmente incidência de multa e juros no não cumprimento. Esses gastos tiveram início em 2019, quando as primeiras fazendas solares foram conectadas e os ressarcimentos iniciaram em 2020. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há ressarcimentos em atraso em aberto.

13. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Entre 2019 e 2020, tendo em vista o nosso posicionamento estratégico para atuação em construção de UFV, a Companhia encerrou suas atividades de venda e distribuição de Gerador Solar Fotovoltaico (GSF) e serviços de desenvolvimento de projetos e instalação (*Rooftop* e Kit). O quadro de pessoal foi totalmente mantido e redirecionado para as novas atividades da Companhia. Os valores remanescentes relacionados a essas atividades estão apresentadas como operações descontinuadas no balanço patrimonial e nas demonstrações de resultado e resultado abrangente.

Os ativos e passivos remanescentes, bem como os itens do resultado do exercício de operações descontinuadas estão detalhados abaixo:

a) Os ativos das operações descontinuadas que estão sendo realizados são:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber	94	183
	<u>94</u>	<u>183</u>

b) Os passivos das operações descontinuadas são:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outros passivos	-	9
	<u>-</u>	<u>9</u>

c) As contas do resultado do exercício das operações descontinuadas são:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	-	21
Custo dos produtos e serviços prestados	(12)	(154)
Lucro (Prejuízo) bruto	<u>12</u>	<u>(133)</u>
(Despesas) Outras receitas operacionais		
Vendas, gerais e administrativas	(13)	1
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>10</u>	<u>44</u>
	(3)	45
Resultado financeiro	9	-
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	<u>(24)</u>	<u>(88)</u>

d) Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>89</u>	<u>718</u>
	<u>89</u>	<u>718</u>

14. INVESTIMENTOS

a) Saldos

<u>Controladas</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
João Pinheiro Solar Ltda	(6.529)	3.768
Finco Assessoria Financeira Ltda	248	230
Sagarana Geração de Energia Solar Ltda	10.658	9.760
Francisco De Sa II Geração de Energia Solar Ltda	(15.678)	(5.197)
Janauba II Geração de Energia Solar Ltda	8.500	11.037
Manga I Geração de Energia Solar Ltda	11.887	13.155
Capim Branco Geração de Energia Solar 15 Ltda	(141)	312
Marimbondo Geração de Energia Solar 23 Ltda	326	80
Six Energy Desenvolvimento de Negócios Ltda	2.230	945
Frutal Geração de Energia 27 Ltda	8.223	6
Melgaco Geração de Energia 31 Ltda	1.260	3.827
Santa Martha Geração de Energia 29	4.643	23
Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda	9.925	47
Jacauna Geração de Energia 35 Ltda	107	3
Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda	2.488	68
Flores pe Geracao de Energia solar 02 Ltda	746	-
Flores pe Geracao de Energia solar 04 Ltda	687	-
Flores pe Geracao de Energia solar 05 Ltda	675	-
Inaja pe 436 Geracao de Energia 908 Ltda	1.203	-
Trairi CE 721 Geracao de Energia 179 Ltda	132	-
Santa Quiteria CE 297 Geracao de Energia 525 Ltda	635	-
Santa quiteria CE 297 Geracao de Energia 246 Ltda	545	-
Santa quiteria CE 297 Geracao de Energia 709 Ltda	554	-
Solonopole CE 380 Geracao de Energia 921 Ltda	1.319	-
Solonopole CE 380 Geracao de Energia 439 Ltda	1.531	-
Solonopole CE 380 Geracao de Energia 114 Ltda	1.479	-
Oroco pe 375 Geracao de Energia 981 Ltda	495	-
Trairi CE 721 Geracao de Energia 007 Ltda	113	-
Flores pe Geracao de Energia solar 01 Ltda	917	-
Solonopole CE 380 Geracao de Energia 516 Ltda	977	-
Petrolina pe 584 Geracao de Energia 914 Ltda	1.897	-

Controladas	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2022
Petrolina pe 584 Geracao de Energia 915 Ltda	1.053	-
Inaja pe 436 Geracao de Energia 909 Ltda	565	-
Inaja pe 436 Geracao de Energia 910 Ltda	658	-
Oroco pe 375 Geracao de Energia 976 Ltda	421	-
Oroco pe 375 Geracao de Energia 979 Ltda	448	-
Oroco pe 375 Geracao de Energia 977 Ltda	475	-
Oroco pe 375 Geracao de Energia 982 Ltda	344	-
Santa quiteria CE 297 Geracao de Energia 948 Ltda	375	-
Flores pe Geracao de Energia solar 03 Ltda	451	-
Inaja pe 436 Geracao de Energia 907 Ltda	1.407	-
Morada nova CE 699 Geracao de Energia 495 Ltda	189	-
Morada nova CE 699 Geracao de Energia 538 Ltda	130	-
Morada nova CE 699 Geracao de Energia 804 Ltda	134	-
Cassilandia MS 514 Geracao de Energia 735 Ltda	141	-
Santa maria da Boa vista pe 815 Geracao de Energia 019 Ltda	141	-
Afranio PE 598 Geracao de Energia 887 Ltda	137	-
Ribas do rio pardo MS 519 Geracao de Energia 601 Ltda	140	-
Outras SPE's (i)	6.317	5.607
	<u>65.578</u>	<u>43.671</u>
Provisão para perdas em controladas	22.349	5.401
Total Investimentos	<u>87.927</u>	<u>49.072</u>

(i) 92 Empresas controladas com valor de investimento até R\$ 100.

b) Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos, líquidos da provisão para perdas em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Movimentação 2022

	Saldos Iniciais 2021	Aumento/Reservas de Capital	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Distribuição de Dividendo	Resultado de Equivalência Patrimonial	Cessão e transferência de cotas/Baixa	Saldos Finais 2022
Joao Pinheiro Solar Ltda	3.677	21	(21)	-	(10.206)	-	(6.529)
Finco Assessoria Financeira Eireli	228	-	2	-	16	-	246
Sagarana Ger Energia Solar Ltda	9.760	-	-	-	898	-	10.658
Francisco Sa li Ger E Solar S.A.	(5.105)	-	(412)	-	(10.161)	-	(15.678)
Janauba li Ger E Solar S.A.	11.036	16	-	26	(3.291)	713	8.500
Manga I Ger Energia Solar Ltda.	13.155	-	-	(2.412)	1.144	-	11.887
Capim Branco Geracao de Energia Solar 15 Ltda.	312	380	137	-	(969)	-	(140)
Marimbondo Geracao de Energia Solar 23 Ltda.	80	68	461	-	(282)	-	327
Six Energy desenvolvimento de Negócios Ltda.	945	115	2.198	-	(1.028)	-	2.230
Frutal Geracao de Energia 27 Ltda	6	13	7.338	-	866	-	8.223
Melgaco Geracao de Energia 31 Ltda.	3.827	3.777	(3.726)	-	(8.034)	5.416	1.260
Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda.	23	129	4.519	-	(28)	-	4.643
Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda.	47	48	9.653	-	177	-	9.925
Jacauna Geracao de Energia 35 Ltda.	3	4	1.114	-	(1.014)	-	107
Monte Carmelo Geracao de Energia 44 Ltda	67	72	989	-	650	710	2.488
Flores Pe Geracao de Energia Solar 02 Ltda	-	1	721	-	25	-	747
Flores Pe Geracao de Energia Solar 04 Ltda	-	1	660	-	25	-	686
Flores Pe Geracao de Energia Solar 05 Ltda	-	1	651	-	23	-	675
Inaja Pe 436 Geracao de Energia 908 Ltda	-	1	1.218	-	(16)	-	1.203
Trairi Ce 721 Geracao de Energia 179 Ltda	-	1	131	-	-	-	132
Santa Quiteria Ce 297 Geracao de Energia 525 Ltda	-	1	634	-	-	-	635

	Saldos Iniciais 2021	Aumento/ Reservas de Capital	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Distribuição de Dividendo	Resultado de Equivalência Patrimonial	Cessão e transferência de cotas/Baixa	Saldos Finais 2022
Santa Quitéria Ce 297 Geracao de Energia 246 Ltda	-	1	545	-	-	-	545
Santa Quitéria Ce 297 Geracao de Energia 709 Ltda	-	1	553	-	-	-	554
Solonopole Ce 380 Geracao de Energia 921 Ltda	-	1	1.315	-	3	-	1.319
Solonopole Ce 380 Geracao de Energia 439 Ltda	-	1	1.518	-	13	-	1.532
Solonopole Ce 380 Geracao de Energia 114 Ltda	-	1	1.417	-	61	-	1.479
Oroco Pe 375 Geracao de Energia 981 Ltda	-	1	516	-	(22)	-	495
Trairi Ce 721 Geracao de Energia 007 Ltda	-	1	112	-	-	-	113
Flores Pe Geracao de Energia Solar 01 Ltda	-	1	896	-	20	-	917
Solonopole Ce 380 Geracao de Energia 516 Ltda	-	1	958	-	18	-	977
Petrolina Pe 584 Geracao de Energia 914 Ltda	-	1	1.900	-	(4)	-	1.897
Petrolina Pe 584 Geracao de Energia 915 Ltda	-	1	1.062	-	(9)	-	1.054
Inaja Pe 436 Geracao de Energia 909 Ltda	-	1	581	-	(17)	-	565
Inaja Pe 436 Geracao de Energia 910 Ltda	-	1	672	-	(14)	-	659
Oroco Pe 375 Geracao de Energia 976 Ltda	-	1	456	-	(36)	-	421
Oroco Pe 375 Geracao de Energia 979 Ltda	-	1	463	-	(16)	-	448
Oroco Pe 375 Geracao de Energia 977 Ltda	-	1	490	-	(16)	-	475
Oroco Pe 375 Geracao de Energia 982 Ltda	-	1	361	-	(18)	-	344
Santa Quitéria Ce 297 Geracao de Energia 948 Ltda	-	1	374	-	-	-	375
Flores Pe Geracao de Energia Solar 03 Ltda	-	1	431	-	20	-	452
Inaja Pe 436 Geracao de Energia 907 Ltda	-	1	1.370	-	32	-	1.403
Morada Nova Ce 699 Geracao de Energia 495 Ltda	-	1	188	-	-	-	189
Morada Nova Ce 699 Geracao de Energia 538 Ltda	-	1	129	-	-	-	130
Morada Nova Ce 699 Geracao de Energia 804 Ltda	-	1	132	-	-	-	133
Cassilandia Ms 514 Geracao de Energia 735 Ltda	-	1	139	-	-	-	140
Santa Maria Da Boa Vista Pe 815 Geracao de Energia 019 Ltda	-	1	140	-	-	-	141
Afranio Pe 598 Geracao de Energia 887 Ltda	-	1	137	-	-	-	138
Ribas Do Rio Pardo Ms 519 Geracao de Energia 601 Ltda	-	1	139	-	-	-	140
Outras SPE's (a)	5.521	12.399	1.693	-	732	(14.028)	6.318
	<u>43.583</u>	<u>17.075</u>	<u>44.954</u>	<u>(2.386)</u>	<u>(30.458)</u>	<u>(7.189)</u>	<u>65.579</u>
Provisão para perdas em controladas	5.309	-	-	-	17.040	-	22.49
	<u>48.892</u>	<u>17.075</u>	<u>44.954</u>	<u>(2.386)</u>	<u>(13.418)</u>	<u>(7.189)</u>	<u>87.928</u>

(i) 92 Empresas controladas com valor patrimônio líquido de até R\$ 100.

Em 2022 foram constituídas 364 SPEs controladas em razão do plano de expansão da Companhia, que não tiveram aporte de capital pela Controladora durante o ano.

Movimentação 2021

	Saldos Iniciais 2020	Aumento/ Reservas de Capital	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Distribuição de Dividendo	Resultado de Equivalência Patrimonial	Cessão e transferência de cotas/Baixa	Saldos Finais 2021
Joao Pinheiro Solar Ltda	5.212	392	20	-	(1.541)	(315)	3.768
Finco Assessoria Financeira Eireli	250	-	-	-	(21)	-	228
Sagarana Ger Energia Solar Ltda	10.188	-	-	-	(428)	-	9.760
Francisco Sa li Ger E Solar S.A.	19.554	1.146	(1.146)	-	(9.915)	(14.836)	(5.197)
Janauba li Ger E Solar S.A.	9.440	8.094	(8.094)	(515)	2.111	-	11.036
Manga I Ger Energia Solar Ltda.	10.697	0	-	-	2.458	-	13.155
Capim Branco Geracao de Energia Solar 15 Ltda.	15	30	351	-	(84)	-	312
Lambari Ger de Energia Solar 20 Ltda	(2)	-	31	-	(14)	(15)	0
Lambari Ger de Energia Solar 20 Ltda	13	25	93	-	(10.937)	10.806	0
Marimbondo Geracao de Energia Solar 23 Ltda.	14	32	36	-	(2)	-	80
Six Energy desenvolvimento de Negócios Ltda.	831	8	107	-	(1)	-	945
Frutal Geracao de Energia 27 Ltda	3	9	3	-	(9)	-	6
Melgaco Geracao de Energia 31 Ltda.	5	11	3.767	-	44	-	3.827
Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda.	4	6	123	-	(110)	-	23
Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda.	4	6	42	-	(5)	-	47
Jacauna Geracao de Energia 35 Ltda.	3	8	(4)	-	(4)	-	3

	Saldos Iniciais <u>2020</u>	Aumento/Reservas de Capital	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Distribuição de Dividendo	Resultado de Equivalência Patrimonial	Cessão e transferência de cotas/Baixa	Saldos Finais <u>2021</u>
Monte Carmelo Geracao de Energia 44 Ltda	-	1	72	-	(6)	-	67
Outras SPE's (i)	<u>5.511</u>	<u>999</u>	<u>5.415</u>	<u>(2)</u>	<u>(4.992)</u>	<u>(1.334)</u>	<u>5.597</u>
	<u>61.745</u>	<u>10.769</u>	<u>820</u>	<u>(515)</u>	<u>(23.454)</u>	<u>(5.692)</u>	<u>43.673</u>
Provisão para perdas em controladas	<u>26</u>			-	<u>5.283</u>	-	<u>5.309</u>
<u>Não Controladas</u>							
Sol + Lar	-	-	-	-	-	-	-
	<u>61.771</u>	<u>10.769</u>	<u>820</u>	<u>(515)</u>	<u>(18.171)</u>	<u>(5.692)</u>	<u>48.982</u>

(i) Empresas controladas com valor de investimento até R\$ 100.

c) Saldos de investidas

Os saldos das contas de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado das controladas é como segue:

Controladas	31/12/2022		31/12/2021	
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício (*)	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício (*)
Manga I Geração de Energia Solar Ltda	(11.436)	(1.754)	-	-
Sagarana Geração de Energia Solar Ltda	(10.985)	(1.381)	10.559	443
Ponte Alta Geração De Energia 34 Ltda.	(9.434)	314	47	5
Janauba II Geração de Energia Solar Ltda	(9.189)	2.702	11.038	(2.055)
Frutal Geração de Energia Solar Ltda	(7.214)	143	6	9
Santa Martha Geração De Energia 29 Ltda.	(4.318)	353	23	110
Melgaco Geração De Energia 31 Ltda.	(3.260)	5.731	3.661	121
Monte Carmelo Geração De Energia	(2.741)	(1.031)	69	4
Six Energy Desenvolvimento de Negócios Ltda	(2.229)	1.028	944	1
Petrolina PE 584 Geração de Energia 914 LTDA	(1.897)	4	-	-
Solonopole CE 380 Geração de Energia 439 LTDA	(1.515)	4	-	-
Solonopole CE 380 Geração de Energia 114 LTDA	(1.415)	4	-	-
Inaja PE 436 Geração de Energia 907 LTDA	(1.374)	1	-	-
Solonopole CE 380 Geração de Energia 921 LTDA	(1.312)	4	-	-
Inaja PE 436 Geração de Energia 908 LTDA	(1.217)	2	-	-
Petrolina PE 584 Geração de Energia 915 LTDA	(1.060)	2	-	-
Outras SPE's (i)	<u>5.385</u>	<u>19.757</u>	<u>9.145</u>	<u>27.614</u>
	<u>(65.211)</u>	<u>25.883</u>	<u>35.492</u>	<u>26.252</u>

(i) Empresas controladas com valor de Patrimônio líquido até R\$ 1000.

(*) As diferenças entre o resultado das controladas e o resultado de equivalência se refere a eliminação do lucro nos estoques/materiais vendidos pela controladora.

15. IMOBILIZADO

a) Saldos

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora					
		31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	424	(163)	261	290	(132)	158
Móveis e utensílios	10	1.113	(287)	826	670	(208)	462
Ferramentas	10	107	(59)	47	104	(49)	55
Equipamentos de informática	20	4.332	(1.418)	2.914	2.330	(834)	1.497
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	780	(118)	662	286	(68)	218
Veículos	20	54	(54)	-	54	(54)	-
Equipamentos de comunicação	20	34	(24)	9	29	(22)	6
Instalações	10	87	(16)	71	52	(8)	45
Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar	10 e 0,33	486	(355)	131	622	(406)	217
Bens em uso/operação		7.415	(2.494)	4.921	4.438	(1.780)	2.658
Usina em Construção - Fazenda Solar	-	23.930	-	23.930	12.032	-	12.032
Adiantamento a fornecedor imobilizados		5.284		5.284			
		<u>36.628</u>	<u>(2.494)</u>	<u>34.135</u>	<u>16.471</u>	<u>(1.780)</u>	<u>14.689</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado					
		31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	424	(163)	261	290	(132)	158
Móveis e utensílios	10	1.113	(287)	826	670	(208)	462
Ferramentas	10	107	(59)	47	104	(49)	55
Equipamentos de informática	20	4.332	(1.418)	2.914	2.330	(834)	1.497
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	780	(118)	662	286	(68)	218
Veículos	20	54	(54)	-	54	(54)	-
Equipamentos de comunicação	20	34	(24)	9	29	(22)	6
Instalações	10	87	(16)	71	52	(8)	45
Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar	10 e 0,33	382.697	(25.544)	357.153	206.184	(14.503)	191.681
Bens em uso/operação		389.625	(27.682)	361.944	209.999	(15.878)	194.122
Usina em Construção - Fazenda Solar	-	328.034	-	328.034	154.987	-	154.987
Adiantamento a fornecedor imobilizados		36.735		36.735			
		<u>754.395</u>	<u>(27.682)</u>	<u>726.712</u>	<u>364.987</u>	<u>(15.878)</u>	<u>349.109</u>

b) Movimentação do imobilizado

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada a seguir:

	Controladora										
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Ferramentas	Equipamentos de informática	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Veículos	Equipamentos de comunicação	Instalações	Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar	Usina em Construção - Fazenda Solar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	185	356	61	422	143	38	29	34	280	4.664	6.210
Adições	8	151	9	1.355	138	-	-	21	-	7.365	9.047
Baixas líquidas	(9)	(30)	(5)	-	(18)	(11)	(18)	(5)	-	-	(97)
Depreciação	(26)	(57)	(10)	(279)	(45)	(27)	(4)	(4)	(62)	-	(513)
Provisão para perdas	-	42	-	-	-	-	-	-	-	-	42
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>158</u>	<u>462</u>	<u>55</u>	<u>1.497</u>	<u>218</u>	<u>(0)</u>	<u>7</u>	<u>46</u>	<u>218</u>	<u>12.029</u>	<u>14.689</u>
Adições	133	443	2	2.012	616	-	5	55	-	17.182	20.450
Baixas líquidas	-	-	-	(10)	(107)	-	-	(19)	(38)	-	(174)
Depreciação	(30)	(79)	(10)	(585)	(65)	-	(2)	(10)	(49)	-	(830)
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>260</u>	<u>826</u>	<u>47</u>	<u>2.915</u>	<u>663</u>	<u>(0)</u>	<u>10</u>	<u>73</u>	<u>131</u>	<u>29.211</u>	<u>34.136</u>

(a) Alguns equipamentos são adquiridos pela controladora e posteriormente são transferidos para as controladas em partes relacionadas.

	Consolidado										
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Ferramentas	Equipamentos de informática	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Veículos	Equipamentos de comunicação	Instalações	Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar	Usina em Construção - Fazenda Solar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	183	357	61	420	145	38	29	34	149.466	5.987	156.720
Adições	8	151	9	1.354	138	-	-	21	223	198.206	200.110
Baixas líquidas	(8)	(30)	(5)	-	(18)	(11)	(18)	(5)	-	-	(95)
Depreciação	(26)	(57)	(10)	(279)	(45)	(25)	(4)	(4)	(7.213)	-	(7.663)
Provisão para perdas	-	42	-	-	-	-	-	-	-	-	42
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	48.654	(48.654)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>156</u>	<u>464</u>	<u>55</u>	<u>1.495</u>	<u>220</u>	<u>2</u>	<u>7</u>	<u>46</u>	<u>191.129</u>	<u>155.540</u>	<u>349.114</u>
Adições	133	443	2	2.012	616	-	5	55	8.835	377.457	389.559
Baixas líquidas	-	-	-	(10)	(107)	-	-	(19)	(4)	-	(139)
Depreciação	(30)	(79)	(10)	(585)	(65)	-	(2)	(10)	(11.040)	-	(11.822)
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	168.234	(168.234)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>258</u>	<u>829</u>	<u>47</u>	<u>2.912</u>	<u>664</u>	<u>2</u>	<u>10</u>	<u>73</u>	<u>357.154</u>	<u>364.763</u>	<u>726.712</u>

(i) Refere-se às UFVs, equipamentos de propriedade da Companhia e suas controladas, que são locados aos consórcios de geração de energia e que são depreciados de acordo com a vigência de cada contrato firmado.

(ii) As adições em Usina em Construção - Fazenda Solar, referem-se principalmente aos custos incorridos com as construções em andamento de unidades de geração fotovoltaica (fazendas solares) nas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022 foram capitalizados R\$ 17.023 de juros aos ativos em construção (R\$2.777 em 31 de dezembro de 2021).

A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização em 31 dezembro de 2022 foi de 24%.

A totalidade das máquinas e equipamentos (fazenda solar) locados e em construção da Companhia e de suas controladas foram dados em garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures, correspondendo a R\$721.916 em 31 de dezembro de 2022 (R\$346.669 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

Apesar do cenário reflexo da pandemia COVID-19, bem como a situação financeira da Companhia, descritos na Nota 1, a Administração avaliou as circunstâncias atuais, efetuou análise de impairment de seus ativos, conforme descrito na Nota 2.5.6, e concluiu que não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia e suas controladas.

16. DIREITO DE USO DE ATIVO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Consolidado					
	Direito de uso					Passivo de arrendamento
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Veículos	Equip. Informática	Total	
Saldo em 31.12.2020	10.130	447	481	31	11.089	11.769
Adições	21.899	346	109	-	22.354	21.674
Depreciação	(829)	(59)	(22)	(17)	(928)	-
Baixas	-	(68)	(320)	-	(388)	-
Juros	-	-	-	-	-	3.728
Pagamento - principal	-	-	-	-	-	(326)
Pagamento de Juros	-	-	-	-	-	(3.076)
Saldo em 31.12.2021	31.200	666	248	14	32.127	33.769
Adições	23.884	2.584	363	-	26.831	25.081
Depreciação	(1.510)	(657)	(284)	(4)	(2.455)	-
Baixas	(6.871)	-	-	(10)	(6.880)	(7.677)
Juros	-	-	-	-	-	12.479
Pagamento - principal	-	-	-	-	-	(3.070)
Pagamento de Juros	-	-	-	-	-	(6.339)
Saldo em 31.12.2022	46.704	2.593	327	-	49.624	54.243

	Controladora					
	Direito de uso					Passivo de arrendamento
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Veículos	Equip. Informática	Total	
Saldo em 31.12.2020	-	390	480	31	901	962
Adições	-	346	-	-	346	455
Depreciação	-	(66)	(23)	(17)	(106)	-
Baixas	-	(54)	(210)	-	(264)	(408)
Juros	-	-	-	-	-	130
Pagamento - principal	-	-	-	-	-	(38)
Pagamento	-	-	-	-	-	(130)
Saldo em 31.12.2021	-	615	247	14	877	971
Adições	1.128	2.584	363	-	4.076	4059
Depreciação	(16)	(650)	(284)	(4)	(954)	-
Baixas	-	-	-	(10)	(10)	(11)
Juros	-	-	-	-	-	708
Pagamento - principal	-	-	-	-	-	(737)
Pagamento	-	-	-	-	-	(708)
Saldo em 31.12.2022	1.112	2.550	326	-	3.989	4.282

Taxa incremental sobre empréstimo

Abaixo demonstram-se as taxas nominais e correspondentes taxas reais para cada vencimento:

Prazos dos contratos	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Taxa nominal % a.a.	Taxa real % a.a.	Taxa nominal % a.a.	Taxa real % a.a.
2 anos	20,26%	15,06%	20,26%	15,06%
3 anos	21,17%	16,06%	21,17%	16,06%
4 anos	21,78%	16,64%	21,78%	16,64%
5 anos	22,15%	17,08%	22,15%	17,08%
6 anos	22,49%	17,45%	22,49%	17,45%
7 anos	22,76%	17,72%	22,76%	17,72%
8 anos	23,00%	17,93%	23,00%	17,93%
9 anos	23,21%	18,08%	23,21%	18,08%
10 anos	23,38%	18,20%	23,38%	18,20%
11 a 15 anos	23,65%	18,47%	23,65%	18,47%
Acima de 15 anos	23,76%	18,58%	23,76%	18,58%

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos. Não houve pagamentos de arrendamentos variáveis.

Valores reconhecidos no resultado

Em 31 de dezembro de 2022, os valores reconhecidos no resultado referentes a pagamentos variáveis ou contratos de baixo valor, não incluídos no passivo de arrendamento, foram de R\$5.446 (R\$2.264 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 1.326 em 31 de dezembro de 2020).

Créditos de PIS/COFINS

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS sobre determinados contratos de arrendamento, na ocorrência de seus pagamentos. Em 31 de dezembro de 2022, o potencial crédito de PIS/COFINS sobre o fluxo de pagamento bruto é de R\$134 na controladora (R\$73 em 2021).

17. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ágio (Nota 22.b)	505	724	1.331	1.551
Software	3.408	3.010	3.407	3.010
Set Up - Fazenda Solar (a)	-	-	-	21.598
Comissão - CPC 47 (c)	3.366	-	11.431	-
Outros	23	35	25	35
	<u>7.302</u>	<u>3.769</u>	<u>16.194</u>	<u>26.194</u>

(a) Refere-se aos investimentos feitos para desenvolvimento da carteira de clientes dos consórcios e cooperativas, conforme nota 2.5.5.

- (b) A Companhia manteve a aquisição pelo método antigo e optou pela continuidade da amortização do ágio na adoção inicial dos CPCs/IFRS.
- (c) Refere-se a gastos de comissões incorridos para aquisição de contratos de clientes, conforme CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada a seguir:

	Controladora					Total
	Ágio	Software	Outros	Set Up - Fazenda Solar	Comissão	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	944	438	9	-	-	1.391
Adições	-	2.828	32	-	-	2.860
Amortização	(220)	(256)	(6)	-	-	(482)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	724	3.010	35	-	-	3.769
Adições	-	1.021	-	-	3.336	4.387
Amortização	(220)	(624)	(10)	-	-	(854)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	504	3.407	25	-	3.336	7.302
Taxa de amortização %	10	20	20	20	20	

	Consolidado					Total
	Ágio	Software	Outros	Set Up - Fazenda Solar	Comissão	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.771	438	10	11.621	-	13.840
Adições	-	2.828	32	13.714	-	16.574
Amortização	(220)	(256)	(7)	(3.737)	-	(4.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.551	3.010	35	21.598	-	26.194
Adições	-	1.021	-	-	15.412	16.433
Baixas	-	-	-	(21.598)	-	(21.598)
Amortização	(220)	(624)	(10)	(0)	(3.981)	(4.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.331	3.407	25	-	11.431	16.194
Taxa de amortização %	10	20	20	20	20	

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	5.425	75.253	35.299	122.728
Notas Comerciais	-	177.574	-	177.574
Green FIDC Solar GD (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar) - FIDC	-	-	371.899	204.312
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	306.752	80.156
	5.425	252.827	713.951	584.770
(-) Custos de transação a apropriar	(74)	(894)	(8.074)	(3.512)
(-) Valores Retidos (Securitizadora)	-	-	(12.985)	-
(-) <i>Tranches</i>	-	-	(129.609)	-
	5.351	251.933	563.283	581.257
Circulante	625	20.109	42.598	50.529
Não circulante	4.726	231.824	520.685	530.728
	5.351	251.933	563.283	581.257

b) Movimentação*Controladora – 2022*

<u>Modalidade do financiamento</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>Captações</u>	<u>Provisão dos juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Pagamento de principal</u>	<u>Variação Cambial</u>	<u>2022</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
CCB	CDI + 4,80% a.a.	BRL	jan/23	40.037	-	1.035	(1.072)	(40.000)	-	-	-	-
FRN	CDI + 4,24% a.a.	USD	ago/22	3.553	-	15	(16)	(3.551)	-	-	-	-
CCB	CDI + 4,50% a.a.	BRL	ago/22	9.666	-	625	(1.217)	(9.074)	-	-	-	-
NC	CDI + 4,95% a.a.	BRL	jan/23	177.574	-	5.051	(5.625)	(177.000)	-	-	-	-
CCB	CDI + 6,54% a.a.	BRL	out/23	4.951	-	348	(410)	(4.889)	-	-	-	-
CCB	11,75% a.a.	BRL	dez/24	6.028	-	645	(647)	(600)	-	5.426	626	4.800
CCB	CDI + 6,73% a.a.	BRL	fev/25	7.612	-	712	(724)	(7.600)	-	-	-	-
CCB	CDI + 8,47% a.a.	BRL	jun/24	3.407	-	284	(315)	(3.377)	-	-	-	-
				<u>252.826</u>	<u>-</u>	<u>8.715</u>	<u>(10.026)</u>	<u>(246.091)</u>	<u>-</u>	<u>5.426</u>	<u>626</u>	<u>4.800</u>

Controladora - 2021

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2020</u>	<u>Captações</u>	<u>Provisão dos juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Pagamento de principal</u>	<u>Variação Cambial</u>	<u>2021</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
FRN	VC USD + 4,24% a.a.	Dólar	ago/22	-	5.000	22	(20)	(1.667)	218	3.553	3.553	-
CCB	CDI + 3,75% a.a.	BRL	abr/21	1.112	-	13	(34)	(1.091)	-	-	-	-
CCB	CDI + 4,50% a.a.	BRL	jun/22	15.116	-	1.112	(782)	(5.781)	-	9.665	9.665	-
CCB	CDI + 6,00% a.a.	BRL	jun/21	4.102	-	124	(321)	(3.905)	-	-	-	-
CCB	CDI + 6,54% a.a.	BRL	out/23	6.041	-	609	(588)	(1.111)	-	4.951	2.729	2.222
CCB	11,77% a.a.	BRL	dez/24	6.028	-	679	(679)	-	-	6.028	578	5.450
CCB	CDI + 6,73% a.a.	BRL	fev/25	8.406	-	905	(899)	(800)	-	7.612	2.412	5.200
CCB	CDI + 8,47% a.a.	BRL	jun/24	4.079	-	441	(440)	(673)	-	3.407	1.381	2.026
CCB	CDI + 4,80% a.a.	BRL	jan/23	1.754	40.000	67	(34)	(1.750)	-	40.037	37	40.000
NC	CDI + 4,95% a.a.	BRL	jan/23	-	177.000	574	-	-	-	177.574	574	177.000
	VC USD + 4,24% a.a.			<u>46.638</u>	<u>222.000</u>	<u>4.546</u>	<u>(3.797)</u>	<u>(16.778)</u>	<u>218</u>	<u>252.827</u>	<u>20.929</u>	<u>231.898</u>

Consolidado – 2022

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	2021	Captações	Provisão dos juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Variação Cambial	2022	Circulante	Não circulante
CCB	CDI + 4,80% a.a.	BRL	jan/23	40.037	-	1.035	(1.072)	(40.000)	-	-	-	-
FRN	CDI + 4,24% a.a.	USD	ago/22	3.552	-	15	(16)	(3.551)	-	-	-	-
CCB	CDI + 4,50% a.a.	BRL	ago/22	9.666	-	625	(1.217)	(9.074)	-	-	-	-
NC	CDI + 4,95% a.a.	BRL	jan/23	177.574	-	5.051	(5.625)	(177.000)	-	-	-	-
CCB	CDI + 6,54% a.a.	BRL	out/23	4.951	-	348	(410)	(4.889)	-	-	-	-
CCB	11,75% a.a.	BRL	dez/24	6.028	-	645	(647)	(600)	-	5.426	626	4.800
CCB	CDI + 6,73% a.a.	BRL	fev/25	7.612	-	712	(724)	(7.600)	-	-	-	-
CCB	CDI + 8,47% a.a.	BRL	jun/24	3.407	-	284	(314)	(3.377)	-	-	-	-
CRI I	IPCA + 10% - 15,58% a.a.	BRL	mar/36	80.156	-	16.776	(7.552)	(1.411)	-	87.969	9.524	78.445
CCB	IPCA + 1,54% a.a.	BRL	dez/33	19.361	-	1.366	(1.636)	(1.427)	-	17.664	1.896	15.768
FIDC I	IPCA + 11,00% a.a.	BRL	mai/30	204.312	-	36.043	(27.308)	-	-	213.047	33.584	179.463
CCB	CDI + 6,00% a.a.	BRL	jun/29	14.161	-	1.085	(1.184)	(14.062)	-	-	-	-
CCB	SELIC + 5,50% a.a.	BRL	nov/29	13.951	-	2.236	(2.228)	(1.749)	-	12.210	1.856	10.354
CRI II	IPCA + 10,7144% a.a.	BRL	abr/37	-	75.000	8.287	(4.514)	(3.053)	-	75.720	5.169	70.551
FIDC II	IPCA + 11% a.a.	BRL	mai/30	-	151.127	8.145	(420)	-	-	158.852	23.429	135.423
CRI III	IPCA + 10% a.a.	BRL	jun/34	-	145.152	3.777	(3.760)	(2.107)	-	143.063	5.325	137.739
				<u>584.768</u>	<u>371.280</u>	<u>86.430</u>	<u>(58.627)</u>	<u>(269.900)</u>	<u>-</u>	<u>713.951</u>	<u>81.408</u>	<u>632.543</u>

Consolidado - 2021

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	2020	Captações	Provisão dos juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Variação Cambial	2021	Circulante	Não circulante
CCB	CDI + 4,80% a.a.	BRL	jan/23	1754	40.000	67	(34)	(1.750)	-	40.037	37	40.000,00
FRN	VC USD + 4,24% a.a.	Dólar	ago/22	-	5.000	22	(20)	(1.667)	218	3.553	3.553	-
CCB	CDI + 4,50% a.a.	BRL	ago/22	15.116	-	1.112	(782)	(5.781)	-	9.665	9.665	-
NC	CDI + 4,95% a.a.	BRL	jan/23	-	177.000	574	-	-	-	177.574	574	177.000
CCB	CDI + 3,75% a.a.	BRL	abr/21	1.112	-	13	(34)	(1.091)	-	-	-	-
CCB	CDI + 6,00% a.a.	BRL	jun/21	4.102	-	124	(321)	(3.905)	-	-	-	-
CCB	CDI + 6,54% a.a.	BRL	out/23	6.041	-	609	(588)	(1.111)	-	4.951	2.729	2.222
CCB	11,75% a.a.	BRL	dez/24	6.028	-	679	(679)	-	-	6.028	578	5.450
CCB	CDI + 6,73% a.a.	BRL	fev/25	8.406	-	905	(899)	(800)	-	7.612	2.412	5.200
CCB	CDI + 8,47% a.a.	BRL	jun/24	4.079	-	441	(440)	(673)	-	3.407	1.381	2.026
CCB	CDI + 6,00% a.a.	BRL	jun/29	15.048	-	1.431	(1.380)	(938)	-	14.161	1.974	12.187
CRI	IPCA + 10% - 15,58% a.a.	BRL	mar/36	-	80.083	5.182	(5.110)	-	-	80.155	2.866	77.289
FIDC I	IPCA + 11,00% a.a.	BRL	mai/30	-	182.499	21.813	-	-	-	204.312	21.813	182.499
CCB	IPCA + 1,54% a.a.	BRL	dez/33	20.723	-	2.296	(2.236)	(1.421)	-	19.362	2.122	17.240
CCB	SELIC + 5,50% a.a.	BRL	nov/29	15.655	-	1.427	(1.381)	(1.750)	-	13.951	1.847	12.104
				<u>98.064</u>	<u>484.582</u>	<u>36.695</u>	<u>(13.904)</u>	<u>(20.887)</u>	<u>218</u>	<u>584.768</u>	<u>51.551</u>	<u>533.217</u>

c) Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIJoão Pinheiro Solar

Em fevereiro de 2021, João Pinheiro Solar Ltda. realizou sua 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), no montante de R\$80.083 com distribuição pública, dos quais R\$64.067 de CRI Seniores e R\$16.017 de CRI Subordinado, nos termos da Instrução CVM 414 e Instrução CVM 476, com vencimento em 28 de março de 2031 e 28 de março de 2036, respectivamente.

A taxa de juros fixa remuneratória do CRI equivale a 10%, acrescida de atualização monetária do IPCA. Como lastro da operação de cessão dos créditos, foi considerado o percentual de 88,9% dos aluguéis a receber pela Empresa.

O instrumento de CRI é composto por certificados de recebíveis imobiliários Seniores e Subordinados, tendo estes últimos sido adquiridos pela Empresa, conforme nota 6.

Os recursos foram integralmente transferidos para a Empresa, com exceção de valores retidos, conforme estabelecido em contrato. Em 31 de dezembro de 2022 para fins de cobertura de despesas diversas, temos o montante de R\$92, bem como para garantia de pagamento dos juros nos primeiros meses de vigência do contrato, no montante de R\$4.546. Estes saldos estão sendo apresentados como redutores do valor total da dívida de R\$87.969

Melgaço

Em março de 2022, Melgaço Geração de Energia 31 LTDA. realizou sua 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Empresa enquanto cedente dos créditos imobiliários, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica com correspondente consórcio ou cooperativa, ("Contrato de Locação"), no montante de R\$75.000, com distribuição pública nos termos da Instrução CVM 414 e Instrução CVM 476, com vencimento em 04 de março de 2037.

O instrumento de CRI, emitido para financiamento das fazendas solares, possui enquanto garantia alienação de direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas, e alienação fiduciária de equipamentos, além de garantia de natureza fidejussória com a controladora. As subscrições, integralizações e liberações dos recursos do instrumento ocorreram em observância aos prazos, termos e condições descritos nos documentos da operação e a controladora EBES Sistemas de Energia. A subscrição, integralização e liberação, ocorreu em uma única parcela no valor bruto de R\$ 75.000.

A taxa de juros fixa remuneratória inicial do CRI equivale a 11%, utilizada para descontar a valor presente o fluxo futuro de créditos imobiliários cedidos, e taxa de juros fixa remuneratória final equivalente a 10% acrescidos, respectivamente, de atualização monetária do IPCA. Em observância aos termos e condições descritos nos documentos da emissão do CRI, a redução da taxa de juros fixa remuneratória ocorre mediante ao atendimento das condições de conclusão de cada uma das fazendas solares financiadas por meio do CRI. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de juros fixa remuneratória era de 10,7144%. Como lastro da operação de cessão dos créditos, foi considerado o percentual de 70% dos aluguéis a receber pela Companhia.

Os recursos foram integralmente transferidos para a Empresa, com exceção de valores retidos, conforme estabelecido em contrato. Em 31 de dezembro de 2022, para fins de cobertura de despesas diversas, temos o montante de R\$50, bem como para garantia de pagamento dos juros nos primeiros meses de vigência do contrato, no montante de R\$8.293. Estes saldos estão sendo apresentados como redutores do valor total da dívida de R\$75.720.

Monte Carmelo

Em julho de 2022, Monte Carmelo Geração de Energia 44 LTDA. realizou sua 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Empresa enquanto cedente dos créditos imobiliários, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica com correspondente consórcio ou cooperativa, no montante de R\$145.152 com distribuição pública nos termos da Instrução CVM 414 e Instrução CVM 476, com vencimento em 30 de junho de 2042.

A taxa de juros fixa remuneratória do CRI equivale a 10%, acrescida de atualização monetária do IPCA. Como lastro da operação de cessão dos créditos, foi considerado o percentual de 80% dos aluguéis a receber pela Companhia.

O instrumento de CRI é composto por certificados de recebíveis imobiliários Seniores e Subordinados, tendo estes últimos sido adquiridos pela Empresa, conforme nota 6.

Este instrumento foi emitido para financiamento das fazendas solares, possuindo enquanto garantia alienação de direito real de superfície, alienação fiduciária de quotas, e alienação fiduciária de equipamentos, além de garantia de natureza fidejussória prestada pela controladora EBES Sistemas de Energia. As subscrições, integralizações e liberações dos recursos do instrumento seguem um cronograma físico financeiro. O valor inicial liberado foi de \$9.147, sendo o valor acumulado liberado até dezembro de 2022 de R\$ 30.995. O restante no montante de R\$ 85.127, (indicados como “tranches”), será liberada em 2023, em observância aos prazos, termos e condições descritos nos documentos da operação pré-estabelecidos, os quais estão relacionados ao cronograma físico de conclusão das instalações e conexões das usinas fotovoltaicas atreladas aos créditos imobiliários cedidos.

d) Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar FIDCs

Janaúba II Geração de Energia Solar S.A.

Em maio de 2022, Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. celebrou Instrumento para desconto de recebíveis através do Green FIDC Solar II - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar (FIDC), constituído sob a forma de condomínio fechado, no montante total de R\$151.127 com prazo de duração de 12 (doze) anos, pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Ressaltamos que o Instrumento não foi classificado como *true sales*, e, portanto, não houve baixa do saldo de contas a receber.

O objetivo do fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos de projetos de operações de locação de fazendas solares. O fundo é composto por cotistas seniores, mezanino e subordinados, sendo que a controlada da Companhia, Janaúba II Geração de Energia S.A., detêm a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R\$36.805 em 31 de dezembro de 2022, e estão registradas como títulos e valores mobiliários, conforme Nota 6. Em caso de default nas operações de locação acima mencionadas, as primeiras perdas serão assumidas por ordem de índices de subordinação, sendo as primeiras perdas assumidas pelos cotistas subordinados. Não havendo default, Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. recebe os recursos aportados atualizados monetariamente conforme regulamento e documentos acessórios

O valor liberado até 31 de dezembro de 2022 foi de \$64.750, sendo o valor restante, no montante de R\$44.482, (indicados como “tranches”), será liberada em 2023, em observância aos prazos, termos e condições descritos nos documentos da operação pré-estabelecidos, os quais estão relacionados ao cronograma físico de conclusão das instalações e conexões das usinas fotovoltaicas atreladas aos créditos imobiliários cedidos

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Em 2021, foi constituído o fundo Green FIDC SOLAR GD - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar ("Green FIDC"). Trata-se de um fundo de investimento em direitos creditórios, originados a partir de contratos de aluguel de longo prazo de UFVs (Usinas Fotovoltaicas) da controlada Francisco Sá II Geração de Energia S.A., celebrados com consórcios ou cooperativas, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 12 (doze) anos.

O objetivo do fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos de projetos de operações de locação de fazendas solares. O fundo é composto por cotistas seniores, mezanino e subordinados, sendo que a controlada da Companhia, Francisco Sá II geração de Energia S.A., detêm a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R\$27.780 em 31 de dezembro de 2022, e estão registradas como títulos e valores mobiliários, conforme Nota 6. Em caso de default nas operações de locação acima mencionadas, as primeiras perdas serão assumidas por ordem de índices de subordinação, sendo as primeiras perdas assumidas pelos cotistas subordinados. Não havendo default, Francisco Sá II Geração de Energia S.A recebe os recursos aportados atualizados monetariamente conforme regulamento e documentos acessórios.

e) Notas comerciais

Em 20 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a primeira emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, no montante de R\$177.000 com prazo de duração de 13 (treze) meses. Os recursos líquidos obtidos por meio da emissão foram empregados pela Companhia com o objetivo de gestão ordinária de seu caixa.

A primeira emissão de Notas Comerciais foi objeto de resgate facultativo antecipado sendo integralmente liquidada durante o ano fiscal sem ocorrência de cobrança a título de prêmio.

f) Cronograma de liquidação

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2024	4.800	50.393
2025	-	49.588
2026	-	54.055
2027	-	58.684
2028	-	63.731
2029	-	69.386
2030	-	74.256
2031	-	47.452
2032	-	38.816
2033	-	42.367
2034	-	37.542
2035	-	13.427
2036 - 2042	-	32.845
	<u>4.800</u>	<u>632.542</u>

g) Garantias

O empréstimo contratado para *capital de giro* engloba desde ausência de garantia a garantias fidejussórias. Os empréstimos contratados para refinanciamento ou financiamento de construção, desenvolvimento de Fazendas Solares, possuem, em sua maioria, enquanto garantia e conforme aplicável cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos, além de garantia de natureza fidejussória (Nota 14).

h) Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras, cujo, descumprimento pode resultar, a critério dos respectivos credores, após notificação, no vencimento antecipado das dívidas em questão.

- (i) Limitação de distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou similares, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias.
- (ii) redução de capital social, exceto para fins de absorção de prejuízos acumulados.
- (iii) inadimplemento ou protesto de obrigações pecuniárias.
- (iv) reorganização societária, excetuada as hipóteses autorizadas.

A cláusula restritiva de “covenant” financeira de Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. é representada pelo Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve corresponder, em frequência trimestral, a um indicador maior ou igual a 1,2x até a data de vencimento do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, a cláusula restritiva “covenant” financeira não se encontrava vigente e, portanto, não aplicável. O “covenant” financeiro entrará em vigor 12 (doze) meses contados a partir do mês subsequente à conexão do último projeto da Empresa, o que deverá ocorrer após 2023, com base na melhor estimativa da Companhia, no momento. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais no referido contrato.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais nos referidos contratos.

19. DEBÊNTURES (REAPRESENTADA)

a) Saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Debêntures (a)	175.283	220.428	175.283	220.428
(-) Custos de emissão a apropriar (b)	<u>(1.177)</u>	<u>(1.779)</u>	<u>(1.177)</u>	<u>(1.779)</u>
	<u>174.106</u>	<u>218.649</u>	<u>174.106</u>	<u>218.649</u>
Circulante	16	4.965	16	4.965
Não circulante	174.091	213.684	174.091	213.684
	174.107	218.649	174.107	218.649

b) Movimentação*Controladora e Consolidado – 2022*

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	2021	Captações	Provisão dos juros	Juros Convertidos em Ações	Principal Convertido em Ações	2022
Debênture	25% a.a.	BRL	fev/29	220.428	60.000	70.122	(42.267)	(133.000)	175.283
(-) Custos de emissão a apropriar (b)	IPCA + 8% a.a.								<u>(1.177)</u>
									<u>174.106</u>

Controladora - 2021

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	2020	Captações	Provisão dos juros	2021	Circulante	Não circulante
Debêntures	25% a.a.	BRL	12/2029	-	206.000	14.428	220.428	5.213	215.215
(-) Custos de emissão a apropriar (b)							<u>(1.779)</u>	<u>(248)</u>	<u>(1.531)</u>
							<u>218.649</u>	<u>4.965</u>	<u>213.684</u>

Consolidado - 2021

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	2020	Captações	Provisão dos juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	2021
Debêntures	CDI + 4,5%	BRL	03/2027	51.805	-	1.289	(1.289)	(51.805)	-
Debêntures	25% a.a.	BRL	12/2029	-	206.000	14.428	-	-	220.428
(-) Custos de emissão a apropriar									<u>(1.779)</u>
									<u>218.649</u>

A Companhia realizou, em fevereiro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória e garantia adicional real, em série única, no montante de R\$ 106.000.

Em dezembro de 2021, a Companhia realizou o aditamento da primeira emissão e a emissão da segunda emissão de debêntures, sendo ambas conversíveis em ações, com garantia fidejussória e garantia real nos valores respectivos de R\$ 120.354 e R\$ 200.000.

Em dezembro de 2021, foi recebido o valor de R\$ 100.000 e, em março de 2022, foi recebido o valor de R\$ 60.000. A Companhia optou, conforme termos da emissão, por não solicitar a integralização dos R\$ 40.000 restantes referentes à segunda emissão de debêntures.

A escritura das debêntures prevê uma remuneração de 25% ao ano nos dois primeiros anos, e IPCA + 11% ao ano nos demais seis anos remanescentes, sendo que é garantida uma remuneração mínima, em dólares, de 9,5% ao ano. Adicionalmente, também existe uma opção de resgate antecipado, a ser exercida pela Companhia a qualquer tempo a partir do terceiro ano, mediante o pagamento da remuneração acumulada até a data da opção, acrescida de um prêmio. Ambos os aspectos foram analisados sob a ótica de derivativos embutidos e, em decorrência dessa análise, não foram identificados efeitos ou impactos adicionais a serem contabilizados.

Em dezembro de 2022, e dada a ocorrência de aportes de capital em 2022 (um “evento de liquidez”, conforme estipulado nas escrituras das debêntures), as debêntures foram facultativamente convertidas, em quantidade equivalente a 50% das debêntures emitidas e integralizadas, representando 53.000 debêntures da primeira emissão e 80.000 debêntures da segunda emissão, em ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia. A conversão facultativa ocorreu em observância aos prazos, termos e condições descritos nas escrituras de emissão, sendo esta realizada com base no valor de conversão embasado no Valor Nominal Unitário das debêntures acrescido de juros remuneratórios de 25% (vinte e cinco por cento). Com base no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, referida opção de conversibilidade das debêntures em ações configura-se em um derivativo embutido, cujo valor justo foi considerado zero, uma vez que as variáveis utilizadas no cálculo de conversão, conforme estipulado na escritura das debêntures, sobretudo a que se refere ao preço da ação, estão descritas e definidas de forma a considerar o seu valor justo na data da conversão.

Os saldos remanescentes não convertidos em ações fazem jus a juros remuneratórios correspondentes à taxa pré-fixada de 25% (vinte e cinco por cento) nos dois primeiros anos e de IPCA +11% a partir do terceiro ano, com liquidações trimestrais de juros a partir de 2024 e liquidações trimestrais de principal a partir de 2025, perfazendo uma taxa efetiva de, aproximadamente, 18% ao ano. Possuem prazo de vigência de oito anos contados da data da emissão, vencendo-se, portanto, em 2029. Conforme disposto nas escrituras das debêntures, as opções de conversão em ações dos saldos remanescentes continuam válidas, passíveis de serem exercidas de acordo com as condições estipuladas nas escrituras.

c) Cláusulas restritivas (covenants)

As debêntures possuem cláusulas restritivas (covenants) financeiros e não financeiros, cujo descumprimento pode resultar, a critério do respectivo credor, após notificação, no vencimento antecipado.

Os índices financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022 são detalhados a seguir:

ICSD OpCO ¹	ICSD HoldCO ²	Dívida		Tipo
		Liquida/Ebitda	Posição de Caixa ³	
1,3	N/A	N/A	N/A	Vencimento Antecipado

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) significa o índice obtido pela divisão da (i) Geração de Caixa Operacional pelo (ii) Serviço da Dívida, sendo que:

¹ ICSD OpCo significa o ICSD de todas as Afiliadas (Operacionais e Pré-Operacionais). Aplicável desde 2021.

² ICSD HoldCo Ajustado significa o ICSD HoldCo, deduzido dos valores correspondentes às Afiliadas Pré-Operacionais, aplicável a partir de 2025.

³ Posição de Caixa igual ou superior a R\$8.000 (oito milhões de reais), apurado conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, aplicável a partir de 2025.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas na escritura de emissão das debêntures.

d) Cronograma de liquidação

O cronograma de pagamento do saldo do não circulante está demonstrado a seguir:

Vencimento	Controladora e Consolidado
2024	-
2025	13.145
2026	17.527
2027	17.527
2028	70.147
2029	<u>56.922</u>
	<u><u>175.268</u></u>

20. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia possuía um Plano de Incentivo de Longo Prazo por meio da outorga de opções de ação (“ILP” ou “Plano”) concedido aos seus administradores e colaboradores, elegíveis pelo Conselho de Administração e que optassem, por livre vontade, pela adesão ao plano. Tratava-se de uma transação com pagamento baseado em ações “Phantom”, liquidadas em caixa.

A aquisição do direito às *Phantom* ora outorgadas estava sujeita aos prazos de carência de 5 anos. Após o cumprimento do período de carência de cada parcela das *Phantom* e se ocorresse um evento de liquidez, o participante teria o direito de receber, em dinheiro, o valor bruto correspondente à valorização da *Phantom* desde a data da outorga. Se, no prazo de 15 (quinze) anos, contadas da data da outorga, não tivesse nenhum evento de liquidez, todas as *Phantom* estavam automaticamente canceladas de pleno direito, não gerando nenhum direito ao participante. Em contrapartida, o Participante receberia, em dinheiro, o valor correspondente à valorização das ações *Phantom* desde a data da outorga até a data do 15º (décimo quinto) aniversário da outorga.

No ano de 2022, o plano de incentivo então concedido aos seus administradores e colaboradores, baseado em ações “Phantom”, com liquidação em caixa, foi cancelado em decorrência da aprovação de um novo plano de incentivo de longo prazo (“ILP” ou “Plano”), por meio da concessão de Ações Restritas e/ou da outorga de Opções, conforme descrito na Nota 22.

Em decorrência do cancelamento do plano de incentivo baseado em ações “Phantom”, foi realizado um acordo com os administradores ou colaboradores que possuíam Ações *Phantom*. Neste acordo, foi instituído o pagamento em duas etapas, sendo o primeiro pagamento de \$1.694 em outubro de 2022 e o segundo pagamento de R\$ 2.021 em outubro de 2023.

Todo o valor provisionado referente ao plano de ações *Phantom* foi revertido do resultado, permanecendo apenas a provisão do saldo remanescente para pagamento em 2023 (R\$ 2.021).

O valor justo das *Phantoms* é de R\$ 2.021 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 10.708 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

21. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas aos processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	515	235	533	243
Provisão para demandas judiciais	(53)	(81)	(53)	(81)
	<u>462</u>	<u>154</u>	<u>480</u>	<u>162</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais da Companhia e suas controladas é apresentada abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Cível	Tributários	Trabalhistas	Total	Cível	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	18	-	63	81	17	-	63	80
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>63</u>	<u>81</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>63</u>	<u>80</u>
Adições	15	-	61	76	15	-	61	76
Reversões	(17)	-	(86)	(104)	(17)	-	(86)	(104)
Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>38</u>	<u>53</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>38</u>	<u>53</u>

Classificação das contingências para perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as contingências classificadas como perda possível (a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável e maior que remota) e, portanto, não foram contabilizados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas está apresentado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributário (a)	4.421	4.027	4.421	4.027
Trabalhista (b)	831	1.354	831	1.777
Cível (c)	29	58	29	178
	<u>5.281</u>	<u>5.439</u>	<u>5.281</u>	<u>5.982</u>

- (a) Em maio de 2018, a Companhia recebeu auto de infração lavrado pela SEFA-PA por suposta ausência de pagamento relativo ao diferencial de alíquotas de ICMS em suas operações, no montante de R\$3.671. Adicionalmente a Companhia recebeu em 2019, auto de infração lavrado pelo município de Porto de Moz/PA, em virtude de suposto não recolhimento de ISSQN em suas operações, no montante de R\$357.
- (b) Correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários pleiteando pagamentos de comissões, horas extras e verbas rescisórias.
- (c) Refere-se a à cobrança de faturas julgadas indevidas e ação por quebra de contrato.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 445.912, dividido em 9.841.630 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (R\$196.369 dividido em 4.227.721 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021).

Acionistas	2022		2021	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Augment Brazil Fundo De Investimento em Participações Multiestratégia	4.470.583	46%	-	0%
TPG Art I Fundo De Investimento em Participações Multiestratégia em Investimentos no Exterior	2.334.763	24%	2.334.763	55%
Blue Like An Orange Sustainable Capital Fund SICAF - SIF SCS	1.094.452	11%	-	0%
Mitsui & Co. Ltd.	713.142	7%	713.142	17%
MOV Investimentos Ltda	708.116	7%	708.116	17%
Outros	<u>520.574</u>	<u>5%</u>	<u>471.700</u>	<u>11%</u>
	<u>9.841.630</u>	<u>100%</u>	<u>4.227.721</u>	<u>100%</u>

Aumentos de capital

- (i) Em 29 de maio de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital pelos Administradores da Companhia, que subscreveram o montante de 48.874 ações, ao preço unitário de R\$87,92, totalizando o montante de R\$4.297. O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado passa a ser de R\$200.665 dividido em 4.276.595 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (ii) Em 26 de julho de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de 2.750.131 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$167,00 por ação ordinária, no valor total de R\$459.276, totalmente subscrito e integralizado por Augment Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Neste mesmo ato, foi destinado o valor de R\$ 45.927 à conta do capital social da Companhia e o valor remanescente de R\$ 413.348 foi destinado à formação de reserva de capital. O capital social da Companhia passou a ser de R\$246.593, dividido em 7.026.726 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. Ainda neste Ato, aprovou-se a alteração do limite do capital autorizado da Companhia de até 16.128.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para até 4.252.523 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (iii) Em 14 de novembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no valor total de até R\$273.679, mediante a emissão de até 1.649.447 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 165,92 por ação ordinária. Ficou estabelecido que seria admitida a homologação do aumento de capital parcialmente subscrito, a ser deliberada pelos Acionistas até 31 de dezembro de 2022.

- (iv) Em 07 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, no valor efetivamente subscrito e integralizado de R\$ 240.519, mediante a emissão de 1.449.593 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$165,92 por ação ordinária, totalmente subscrito e integralizado por Augment Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Foi destinado o valor de R\$ R\$ 24.051 à conta do capital social da Companhia e o valor remanescente de R\$216.467 foi destinado à formação de reserva de capital. O capital social da Companhia passou a ser de R\$270.645, dividido em 8.476.319 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (v) Em 09 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de 1.094.452 novas ações ordinárias da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao valor total de emissão de R\$175.267, ao preço de emissão de R\$160,14 por ação ordinária, em decorrência da conversão voluntária de 53.000 debêntures da 1ª Emissão de Debêntures conversíveis em Ações, e 80.000 debêntures da 2ª Emissão de Debêntures conversíveis em Ações, ambos realizada pela debenturista Blue Like an Orange Sustainable Capital Fund Sicav-SIF SCS – BLAO. Neste mesmo Ato, em razão da conversão parcial das Debêntures da 1ª e das Debêntures da 2ª Emissão, aprovou-se a emissão de 270.859 novas ações ordinárias da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao valor total de emissão de R\$ 1,00, a serem subscritas e integralizadas pela Augment Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em decorrência da emissão das novas ações e do aumento do capital, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 445.912, dividido em 9.841.630 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado atual da Companhia é de 4.252.523 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, possibilitando o aumento do capital social da Companhia independente da reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva subscrição e integralização.

b) Reservas

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em função dos prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi constituída reserva legal.

Reserva de ágio

Em 31 de março 2015, a então controladora TPG ART Participações 1 S.A., foi incorporada pela Companhia, gerando uma reserva de ágio de R\$2.211 (saldo residual de R\$504 em 31 de dezembro de 2022 e R\$724 em 31 de dezembro de 2021), com base em laudo preparado por especialistas independentes, o qual está sendo amortizado pelo período de 10 anos, Nota 17.

Reserva de capital

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reserva de capital (i)	630.419	603
Plano de opção de compra de ações (ii)	2.514	-
(-) Gastos na emissão de Instrumentos Patrimoniais (iii)	<u>(7.720)</u>	<u>-</u>
	<u>625.213</u>	<u>603</u>

(i) Reservas de capital:

Em 12 de abril de 2019, com o aporte de capital da Mitsui & Co Ltd. no montante de R\$5.576, utilizado para recomprar as ações da Sustainable Equity Investments S.A. pelo valor de R\$4.973, constituiu-se um saldo em reserva no montante de R\$603.

Em 26 de julho de 2022, ficou estabelecido em AGE, que o valor de R\$ 413.348, originado dos aportes acima mencionados, seria destinado à formação de reserva de capital.

Em 07 de dezembro de 2022, ficou estabelecido em AGE, que o valor de R\$ 216.467, originado dos aportes acima mencionados, seria destinado à formação de reserva de capital.

	<u>Movimentação</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2019	-
Reserva de capital constituída - Mitsui	5.576
(-)Recompra de ações - Mitsui	<u>(4.973)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	603
Reserva de capital constituída - Augment - jul/2022	413.348
Reserva de capital constituída - Augment - dez/2022	<u>216.467</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>630.418</u>

(ii) Plano de Opção de Compra de ações:

A Companhia instaurou, em 2022, um plano de incentivo de longo prazo (“LP” ou “Plano”) concedido aos seus administradores e empregados, elegíveis pelo Conselho de Administração e que optem, por livre vontade, pela adesão ao plano. O Plano tem por objetivo estimular e incentivar a produtividade sustentável, a geração de valor no longo prazo, retenção e permanência das Pessoas Elegíveis, o alinhamento de interesse entre as Pessoas Elegíveis e os acionistas da Companhia, por meio da concessão de Ações Restritas e/ou da outorga de Opções, de forma a compartilhar riscos e ganhos de maneira equitativa e no longo prazo.

Os Contratos foram celebrados individualmente com cada Pessoa Elegível, observados os termos e condições definidos neste Plano e no respectivo Programa. A quantidade de Opções poderá variar a cada nova outorga. O Prazo limite de Exercício de todos os lotes vestidos será de até 10 anos contados de cada uma das datas de Vesting ou da ocorrência do evento de liquidez, o que por último ocorrer. O período de carência é de 5 anos e as condições para exercício das Opções serão estabelecidos nos respectivos Programas e Contratos. Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que suas Opções sejam devidamente exercidas e as respectivas Ações, adquiridas ou subscritas, nos termos do Plano, do Programa e respectivo Contrato.

Na primeira outorga do Plano, com início em 30 de setembro de 2022, foram concedidas 240.376 opções pelo preço de exercício a R\$150,00.

O valor justo atribuído às opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes. A tabela a seguir apresenta uma relação de informações do modelo utilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Média ponderada do valor justo na data da mensuração	34,86	-
Rendimento de dividendos (%)	0%	-
Volatilidade esperada (%)	30,5	-
Taxa livre de retorno livre de risco a.a. (%)	11,83	-
Prazo de vida esperado das opções	2	-

A volatilidade e tempo a decorrer até o exercício foram calculados conforme premissas que levaram em consideração o entendimento da Administração. Não há dividendos esperados para esse plano. O preço de exercício considera o valor da data da outorga de opções corrigido pelo IPCA até a data de exercício. A taxa livre de risco e inflação baseiam-se na taxa DI x PRÉ e DI x IPCA divulgadas pela B3- Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia mensurou o valor justo na data da outorga e registrou a variação no resultado do exercício, sendo R\$2.514 registrado como despesa de remuneração baseada em ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

O valor justo do plano de opção de compra de ações é de R\$2.514 em 31 de dezembro de 2022 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) **Gastos na emissão de ações:**

Refere-se aos custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis ao aumento de capital pela Augment Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, no valor total de R\$8.578, distribuído entre capital social e reserva de capital proporcionalmente aos valores principais aportados em cada rubrica, totalizando 7.720 na reserva de capital (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

c) **Distribuição de dividendos**

Conforme estatuto social a Companhia é obrigada a distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro apurado em cada exercício. Em função dos prejuízos apurados, nenhuma distribuição de dividendos foi realizada em 31 de dezembro de 2022 e 2021

23. RESULTADO POR AÇÃO

Básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A tabela seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações em continuidade	(235.791)	(96.109)	(235.791)	(96.109)
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações descontinuadas	(24)	(88)	(24)	(88)
	(235.815)	(96.197)	(235.815)	(96.197)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	5.466	4.228	5.466	4.228
Prejuízo básico por ação - em reais (R\$)	<u>(43,14)</u>	<u>(22,75)</u>	<u>(43,14)</u>	<u>(22,75)</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações em continuidade	(235.791)	(96.109)	(235.791)	(96.109)
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações descontinuadas	(24)	(88)	(24)	(88)
	(235.815)	(96.197)	(235.815)	(96.197)
Efeito diluítivo de debêntures conversíveis	5.550	4.434	5.550	4.434
Prejuízo diluído por ação - em reais (R\$)	<u>(42,49)</u>	<u>(21,70)</u>	<u>(42,29)</u>	<u>(21,70)</u>

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de venda de mercadorias	180.649	101.759	97	-
Receita de serviços prestados	26.806	17.644	26.805	18.239
Receita de locação	89	69	69.922	39.903
(-) Devoluções	(1.302)	-	-	-
(-) Fretes	-	(2)	-	(2)
(-) Impostos sobre receitas	<u>(20.435)</u>	<u>(11.891)</u>	<u>(6.409)</u>	<u>(3.987)</u>
	<u>185.806</u>	<u>107.579</u>	<u>90.416</u>	<u>54.153</u>

A Receita de venda de mercadorias apresentada na controladora corresponde à venda de equipamentos para construção das usinas fotovoltaicas efetuada às controladas, a qual é integralmente eliminada no consolidado, uma vez que são transações sem margem de lucro.

A receita de locação corresponde à locação da estrutura de geração de energia solar das controladas da Companhia aos consórcios e cooperativas, que passam a deter o direito econômico de exploração da estrutura para que os consorciados e cooperados gerem os créditos de energia a serem utilizados para a compensação em suas respectivas contas de consumo de energia, junto às distribuidoras.

A receita de serviços prestados refere-se à gestão dos consórcios e cooperativas efetuada pela Companhia, apurada conforme contrato de prestação de serviços e que considera parcela fixa e variável, de acordo com parâmetros de eficiência atingidos.

25. ABERTURA DOS CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Matérias-primas, materiais e serviços				
terceiros	(168.678)	(96.197)	(3.563)	(1.428)
Serviços de terceiros	(41.934)	(10.271)	(46.621)	(11.730)
Salários e benefícios a empregados	(79.621)	(44.014)	(82.987)	(44.015)
Pagamentos baseado em ações	(2.514)	(2.875)	(2.514)	(2.875)
Aluguéis	(5.446)	(2.264)	(5.753)	(2.264)
Locomoção, viagens e refeições	(6.390)	(1.973)	(6.390)	(1.973)
Depreciações e amortizações	(2.407)	(1.101)	(20.039)	(12.812)
Despesas tributárias	(10.946)	(562)	(12.669)	(734)
Outras despesas e receitas	(1.386)	(1.880)	(2.458)	(1.968)
Outros (a)	-	-	(4.750)	-
	<u>(319.323)</u>	<u>(161.137)</u>	<u>(187.745)</u>	<u>(79.799)</u>
Custo dos serviços prestados e produtos				
vendidos	(169.221)	(96.922)	(16.625)	(10.100)
Gerais e administrativas	(105.693)	(48.147)	(118.593)	(53.631)
Despesas com vendas	<u>(44.409)</u>	<u>(16.068)</u>	<u>(52.527)</u>	<u>(16.068)</u>
	<u>(319.323)</u>	<u>(161.137)</u>	<u>(187.745)</u>	<u>(79.799)</u>

(a) Refere-se a gastos de gestão comercial não incrementais para obtenção de contratos com clientes.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(272)	(114)	(666)	(634)
Juros, multas e descontos	(83.413)	(19.472)	(156.367)	(61.494)
Variação negativa aplicação financeira	-	-	(319)	(5.849)
Variação cambial passiva	<u>(43.943)</u>	<u>(13.943)</u>	<u>(43.952)</u>	<u>(13.943)</u>
	(127.628)	(33.529)	(201.304)	(81.920)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	26.871	2.780	43.676	4.606
Juros ativos e descontos	2.991	439	892	110
Variação cambial ativa	26.342	12.050	26.342	12.050
Outros	-	-	834	-
	<u>56.204</u>	<u>15.269</u>	<u>71.744</u>	<u>16.766</u>
	<u>(71.424)</u>	<u>(18.260)</u>	<u>(129.560)</u>	<u>(65.154)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Demonstramos seguir os cálculos das despesas de imposto de renda e contribuição social para os exercícios indicados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(235.815)	(96.197)	(227.267)	(91.717)
Imposto de renda e contribuição social - alíquota 34%	80.177	32.707	77.271	31.184
Resultado de equivalência patrimonial	(10.358)	(7.977)	-	-
Imposto de renda diferido não constituído	(69.819)	(24.730)	(69.819)	(35.145)
Efeito do lucro presumido de controladas	-	-	(16.000)	(2.236)
Outros	-	-	-	1.718
	-	-	(8.548)	(4.480)
Alíquota efetiva	-	-	3,8%	4,9%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	215.971	61.543
Provisão para <i>Phantoms</i>	687	3.641
Provisão para bônus	855	2.696
Provisões para demandas judiciais, realização de impostos e outras	3.352	1.100
Variação cambial não realizada	1.514	578
Outras	186	248
	<u>222.565</u>	<u>69.806</u>
(-) Tributos diferidos ativos não reconhecidos	<u>(222.565)</u>	<u>(69.806)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social de R\$399.644 (R\$183.672 em 31 de dezembro de 2021) para os quais não foram constituídos créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, uma vez que não há expectativa de lucro tributável futuro.

28. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo, sejam elas em aplicações financeiras, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	Controladora				Mensuração a valor justo
	2022	2022	2021	2021	
Ativos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<u>Custos amortizado</u>					
Contas a receber (Nota 7)	13.492	13.492	5.092	5.092	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 10)	146.492	146.492	29.908	29.908	Nível 2
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	379.749	379.749	31.649	31.649	Nível 2
Caixa restrito (Nota 5)	134	134	318.685	318.685	Nível 2
Instrumentos financeiros (Notas 8)	4.784	4.784	141	141	Nível 2
Passivo financeiro					Nível 2
<u>Custo amortizado</u>					
Fornecedores	9.422	9.422	31.227	31.227	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	5.351	5.351	251.933	251.933	Nível 2
Debêntures (Notas 19)	174.106	175.340	218.649	218.649	Nível 2
Instrumentos financeiros (Notas 8)	4.009	4.009	1.738	1.738	Nível 2
Passivos de arrendamentos (Nota 16)	4.282	4.282	971	971	Nível 2
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Instrumentos financeiros (Notas 8)	4.009	4.009	1.738	1.738	Nível 2
Pagamentos baseados em ações - Phantoms (Nota 20)	2.021	2.021	10.708	10.708	Nível 3
	Consolidado				
Ativos financeiros	2022	2022	2021	2021	Mensuração a valor justo
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<u>Custos amortizado</u>					
Contas a receber (Nota 7)	38.276	38.276	14.458	14.458	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 10)	18.650	18.650	2.195	2.195	Nível 2
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	390.841	390.841	51.007	51.007	Nível 2
Caixa restrito (Nota 5)	996	996	321.281	321.281	Nível 2
Títulos e valores mobiliários (Notas 6)	111.085	78.404	39.009	39.009	Nível 2
Instrumentos financeiros (Notas 8)	4.784	4.784	141	141	Nível 2
Passivo financeiro					
<u>Custo amortizado</u>					
Fornecedores	19.240	19.240	34.363	34.363	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	563.283	681.423	581.257	581.257	Nível 2
Debêntures (Notas 19)	174.106	175.340	218.649	218.649	Nível 2
Passivos de arrendamentos (Nota 16)	54.243	54.243	33.769	33.769	Nível 2

	Consolidado				Mensuração a valor justo
	2022	2022	2021	2021	
Ativos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Instrumentos financeiros (Notas 8)	4.009	4.009	1.738	1.738	Nível 2
Pagamentos baseados em ações – Phantoms (Nota 20)	-	-	10.708	10.708	Nível 3

a) Considerações sobre riscos

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Cálculo do valor justo - Nível 3

A técnica de avaliação para determinar a mensuração do valor justo das demonstrações financeiras categorizadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo, que compreende as transações baseadas em ações *Phantoms* e plano de opção de compra de ações, foi o Black-Scholes.

i) *Risco de crédito*

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha. A Companhia procura mitigar este risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes em acordo com suas políticas.

Com relação a contas a receber, a Companhia, expõe-se a potenciais incumprimentos quando contrapartes não relacionadas não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros, minimizando tais riscos de crédito por meio de análises financeiras ou classificação de *rating*.

Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber.

ii) *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis (*swaps*), conforme detalhado na Nota 8.

iii) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

A exposição da Companhia está relacionada, basicamente, à empréstimos e financiamentos bem como as aquisições de equipamentos em moeda estrangeira. Como medida para mitigar os riscos das variações cambiais, a Companhia contrata proteção cambial através de contratos de *NDF* ou instrumentos que produzam o objetivo almejado.

A Companhia pode realizar instrumentos de *swap* atrelados aos contratos de empréstimos para mitigar o risco de variação cambial ou indexadores de juros, conforme detalhado na Nota 8.

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequadas para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

É do entendimento da Administração que a Companhia não possui risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa, aumento de capital social e conversão de debêntures realizados em 2022. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

<u>Consolidado</u>	<u>Saldo</u>	<u>Fluxo financeiro</u>	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2022							
Passivos:							
Fornecedores	19.240	19.240	18.255	792	193	-	19.240
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	563.283	1.480.620	18.415	92.076	685.598	684.531	1.480.620
Debêntures (Notas 19)	174.106	401.083	-	-	161.601	239.482	401.083
Instrumentos financeiros (Notas 8)	4.009	4.009	2.188	627	1.194	-	4.009
Passivos de arrendamentos (Nota 16)	54.243	263.186	2.744	8.186	49.110	203.146	263.186
Phantoms (Nota 20)	2.021	2.021	-	2.021	-	-	2.021
Em 31 de dezembro de 2021							
Passivos:							
Fornecedores	34.363	34.363	1.145	33.218	-	-	34.363
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	581.257	943.783	12.352	85.971	496.524	348.937	943.784
Debêntures (Notas 19)	218.649	582.114	-	-	168.644	413.470	582.114
Instrumentos financeiros (Notas 8)	1.738	1.738	260	-	1.478	-	1.738
Passivos de arrendamentos (Nota 16)	33.769	178.797	1.748	5.184	31.967	139.898	178.797
Phantoms (Nota 20)	10.708	10.708	-	-	10.708	-	10.708

v) *Dívida Líquida*

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	563.283	581.257
Debêntures (Notas 19)	174.106	218.649
Passivo de arrendamento (Notas 16)	<u>54.243</u>	<u>33.769</u>
(=) Dívida bruta	<u>791.632</u>	<u>833.675</u>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(390.841)	(51.007)
(-) Caixa restrito (Nota 5)	(996)	(321.281)
(-) Títulos e valores mobiliários (Notas 6)	<u>(111.085)</u>	<u>(39.009)</u>
Dívida líquida	<u>288.709</u>	<u>422.378</u>
Total do patrimônio líquido	612.352	(25.129)

vi) *Risco regulatório*

A Companhia está sujeita às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Companhia são monitoradas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

A valorização dos principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos na nota 2.5.1, bem como os critérios para sua valorização.

c) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

A Companhia efetuou análises de sensibilidade, elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui aplicações financeiras, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamentos indexados ao CDI e IPCA. Os financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Alta</u> <u>35%</u>	<u>Alta</u> <u>20%</u>	<u>Alta</u> <u>10%</u>	<u>Queda</u> <u>10%</u>	<u>Queda</u> <u>20%</u>	<u>Queda</u> <u>35%</u>
<u>Exposição a índices variáveis</u>							
Ativo:							
Aplicações Financeiras	Alta/queda CDI	37.846	37.212	36.789	35.944	35.521	34.887
Caixa Restrito	Alta/queda CDI	97	96	95	92	91	90
Títulos e valores mobiliários	Alta/queda CDI	48	42	39	32	28	23
Passivo:							
Empréstimos e financiamentos	Alta/queda CDI e IPCA	125.830	123.882	122.583	119.985	118.687	116.738
Debêntures	Alta/queda CDI e IPCA	26.286	25.879	25.608	25.065	24.794	24.387
Passivos de arrendamentos	Alta/queda CDI e IPCA	8.931	8.794	8.702	8.519	8.428	8.291

29. COBERTURA DE SEGUROS

Os ativos imobilizados da Companhia estão garantidos por contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

A administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficiente para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade.

Os contratos de seguro têm vigência de um ano e são renovados anualmente.

Descrição	Limite máximo de indenização	Início vigência	Término vigência
Responsabilidade Civil		<u>15/12/2022</u>	<u>15/12/2023</u>
Obras Cíveis e/ou Serviços de Instalação e/ou Montagem de Máquinas e/ou Equipamentos, Poluição Súbita, RC Cruzada	10.000 por evento e 20.000 no agregado		
Danos Morais	10.000 por evento e 20.000 no agregado		
Riscos operacionais		28/12/2022	28/12/2023
Danos Materiais - Inclusive Decorrentes de incêndios de qualquer natureza	60.000		
Erros e omissões	26.500		
Vendaval Furacão e Ciclone	30.000		
Danos elétricos	10.000		
Despesas extraordinárias	1.000		
Despesas de agilização	1.000		
Despesas de desentulho	1.000		
Despesas de salvamento e contenção de sinistros	1.000		
Despesas com honorários de peritos	1.500		
Pequenas obras de engenharia para aplicações, reparos e reformas	5.000		
Recomposição de registros e documentos	300		
Roubo e Furto de bens mediante arrombamento nas dependências do segurado (condicionado a existência e permanência de vigilância 24 no local de risco)	2.500		
Alagamento e/ou inundação	5.000		
Lucros cessantes	9.000		
Quebra de equipamentos (Danos Materiais)	15.000		
Despesas de combate a incêndio	1.000		

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em linha com o plano de expansão da Empresa, em no primeiro trimestre, foram conectadas vinte e cinco novas fazendas solares (UFV) nas empresas controladas fazendas solares (UFV) com capacidade de total de 31,8 MWac de capacidade.
